INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITALIZAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DO ANO 2013

SEGURANÇA SOCIAL

InstitutodeGestãodeFundos

Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 3º Dto. (Torre das Antas) | 4350-158 Porto | Tel: 225 082 400 | Fax: 225 082 401 | E-mail: igfcss@seg-social.pt

IPE AWARDS 2010

ÍNDICE

NOTA DO CONSELHO DIRETIVO 3

NÚMEROS CHAVE 4
- Instituto 4
- Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social 4
- Regime Público de Capitalização 5
- Fundo dos Certificados de Reforma 6
- Fundo de Compensação do Trabalho 7

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP 8
- Enquadramento Legal 8
- Visão, Missão e Valores 8
- Órgãos Sociais 9
- Organograma 10

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2013 11
- Ambiente Macroeconómico 11

CONTAS DO EXERCÍCIO 17
- Situação Patrimonial 17
- Conta de Exploração 17
- Remuneração dos Órgãos Sociais 18

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 19

BALANÇO SOCIAL 26
- Quadro de colaboradores 26
- *Formação* 27

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS 28

NOTA DO CONSELHO DIRETIVO

O ano de 2013 foi caracterizado pela continuação das condicionantes à atividade do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS), I.P. dos anos anteriores.

Ao nível dos recursos humanos, ativo fundamental na atividade de gestão de fundos, mantiveram-se as restrições, fruto do efeito conjunto das carreiras do Instituto ainda não terem sido revistas e das regras, semelhantes às de anos anteriores, impostas pela lei do orçamento de Estado para 2013.

Acresce o impacto da implementação das recomendações do Tribunal de Contas no âmbito do relatório n.º 29/2010 de auditoria financeira, de que resultaram duros cortes salariais a que os trabalhadores reagiram intentando as competentes ações judiciais. Em consequência, durante o ano de 2013, e primeiros meses de 2014, saíram mais 3 trabalhadores.

Apesar destas limitações foi possível, graças ao empenho, zelo e profissionalismo dos trabalhadores e dirigentes do Instituto, implementar a gestão de um novo fundo. Pela lei nº70/2013, de 30 de agosto, o Instituto foi indicado como entidade gestora do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), fundo autónomo e com personalidade jurídica. O Instituto apoia, ainda, administrativamente o Conselho de Gestão do Fundo.

Pela Portaria n.º 216-A/2013, de 2 de julho, foi o Conselho Diretivo instruído no sentido de proceder à substituição dos ativos em outros Estados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) por dívida pública portuguesa até ao limite de 90%. A implementação desta recomendação, que se iniciou em 2013 e continua em 2014, gera uma pressão adicional em consequência de 2 dos 3 técnicos da área de rendimento fixo (dívida) terem saído já em 2014.

O IGFCSS é financiado por dotações atribuídas pelo orçamento da Segurança Social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e pela prestação do serviço de gestão do Fundo de Certificados de Reforma (FCR), bem como o será pelo Fundo de Compensação do Trabalho. Numa lógica de entidade gestora de fundos estas três parcelas devem ser proporcionais ao montante dos fundos sob gestão.

Em 2013 as transferências correntes do OSS diminuíram em 54,742 euros (2,045,781 euros em contra 2,100,522 em 2012), não tendo o aumento das receitas de gestão do FCR (81,122 euros em 2013 contra 69,175 em 2012) sido suficientes para compensar aquela redução. Neste contexto, a execução orçamental de 2013 foi ainda mais exigente que a dos anos anteriores tendo, no entanto, sido possível prosseguir com as atividades correntes, iniciar a gestão e administração de um novo fundo e superar todos os objetivos do QUAR.

Os custos com a aquisição de bens e serviços e com pessoal ascenderam a 2,048,349 euros (1,864,374 em 2012), sendo o acréscimo consequência de em 2013, diferentemente de em 2012, ter ocorrido o pagamento de 13º mês e subsídio de férias. Nestas duas rubricas, que representam 95,4% dos custos totais de funcionamento, assumem importância, além dos custos com pessoal, os encargos com instalações e com terminais de acesso a informação financeira, situação típica da atividade de gestão de fundos de investimento.

Por último, importa sublinhar que durante o ano de 2013 foi nomeado um novo Conselho Consultivo do Instituto e o Fiscal Único. A ambos o Conselho Diretivo agradece todo o apoio prestado.

Porto, 30 de abril de 2014

NÚMEROS CHAVE

Instituto

Os custos totais de funcionamento do IGFCSS, IP[1] atingiram o valor de 2,147,263.32 euros, o que corresponde a 0.019% do montante médio gerido durante o ano (11,319,905,949.91euros)[2]. A estrutura destes custos encontra-se resumida na Tabela 1.

Em 31.12.2013 o IGFCSS, IP tinha ao seu serviço 25 colaboradores.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31-12-2013	31-12-2012
CUSTOS E PERDAS		
Fornecimentos e serviços externos	737,492.30	734,166.31
Custos com pessoal	1,310,857.35	1,130,208.10
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	35,178.85	61,892.79
Provisões do exercício	61,047.35	46,000.00
Custos e perdas financeiras	2,687.47	1,478.65
Custos e perdas extraordinários		2,366.31
	2,147,263.32	1,976,112.16
Transferências concedidas	70,281.10	40,828.18
PROVEITOS E GANHOS		
Prestações de serviços	81,122.55	69,174.89
Transferências correntes do OSS via FEFSS	2,045,781.00	2,100,522.82
Proveitos e Ganhos Financeiros	6,635.91	6,306.78
Proveitos e ganhos extraordinários	233,595.42	81,250.00
	2,367,134.88	2,257,254.49
Resultado líquido do exercício	149,590.46	240,314.15

Tabela 1 | Demonstração de resultados

No final do ano o Instituto geria 11,728,799,257.23 euros referente a três Fundos.

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

A carteira do FEFSS ascendia em 31.12.2013 a 11,699,003,570.42 euros, correspondendo a cerca de 108.1% do gasto anual com pensões[3] (12.97 meses em relação ao objetivo de 2 anos definido na Lei) e a cerca de 7.1% do Produto Interno Bruto Português[4].

A carteira do FEFSS valorizou 6.86% em 2013, medida obtida pelo método *time weighted rate of return*. O FEFSS apresentou, em 2013, uma volatilidade de 4.43% medida pelo desvio padrão anualizado das taxas de rentabilidade diárias.

Em 2013 o FEFSS recebeu transferências de vendas de imóveis da Segurança Social e excedentes do Orçamento da Segurança Social, totalizando 3,433,812.79 euros.

[1] Excluído o montante da transferência corrente pela devolução de saldos, de 40,828.18 euros.
[2] Dos quais 11,292,699,865.31€ da carteira do FEFSS e 27,206,084.60€ da carteira do FCR. Neste cálculo não se considera o FCT porque as primeiras entregas apenas se verificaram a partir de 10 de novembro.
[3] Dados fornecidos pelo ISS-CNP em Mar-13 referentes ao período: Jan-12 a Dez-12
[4] Dados divulgados pelo INE referentes ao período: IºTrim. 2012 ao IVº Trim. 2012 (Base 2006) - preços correntes

No final de 2013 os ativos do FEFSS repartiam-se pelas seguintes classes:

	2013		2012	
	valor	%	valor	%
Reserva Estratégica [a]	**74,226,503.13**	**0.63%**	**103,530,460.11**	**0.95%**
Rendimento Fixo [b]	**7,818,199,604.86**	**66.83%**	**7,709,850,035.43**	**70.45%**
Europa ex-Reino Unido	6,627,784,884.71	56.65%	5,772,022,623.36	52.74%
EUA	923,437,236.33	7.89%	1,617,610,552.40	14.78%
Reino Unido	266,977,483.82	2.28%	320,216,859.67	2.93%
Rendimento Variável [a]	**1,825,119,802.64**	**15.60%**	**1,468,696,727.01**	**13.42%**
EUR ex-Portugal	313,831,874.36	2.68%	221,019,104.91	2.02%
Portugal	0.00	0.00%	0.00	0.00%
Suiça	72,280,776.16	0.62%	70,670,560.47	0.65%
Reino Unido	124,325,187.11	1.06%	197,007,605.40	1.80%
Noruega	0.00	0.00%	997,800.12	0.01%
Suécia	0.00	0.00%	1,030,884.81	0.01%
EUA	1,033,862,138.49	8.84%	727,543,158.35	6.65%
Canadá	0.00	0.00%	1,006,278.61	0.01%
Japão	280,819,826.52	2.40%	248,401,475.98	2.27%
Austrália	0.00	0.00%	1,019,858.36	0.01%
Imobiliário	**169,330,600.08**	**1.45%**	**195,433,298.74**	**1.79%**
Liquidez [c]	**1,811,183,959.30**	**15.48%**	**1,465,313,462.52**	**13.39%**
Provisões e Impostos a Receber	**943,100.41**	**0.01%**	**1,370,690.56**	**0.01%**
Total	**11,699,003,570.42**	**100.00%**	**10,944,194,674.37**	**100.00%**

Por memória:				
Divida Pública Nacional [d]	6,767,829,320.98	57.85%	5,989,655,852.52	54.73%
Futuros sobre obrigações (nocional)	0.00	0.00%	72,862,440.46	0.67%
Futuros sobre acções (nocional)	0.00	0.00%	222,716,189.00	2.04%

Notas:

a) Inclui o valor nocional dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afectas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

d) As emissões de Dívida Garantida mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Tabela 2 | Estrutura da carteira por tipos de ativo

Regime Público de Capitalização

Em 31.12.2013 o regime contava com 7,839 aderentes, menos 169 do que em 31.12.2012, o que representa um decréscimo de cerca de 2%.

Este decréscimo resulta tanto de características intrínsecas ao produto financeiro subjacente ao Regime, como da atual conjuntura económica do país. Com efeito, visando exclusivamente a poupança para a reforma, o Regime Público de Capitalização constitui uma opção de longo prazo destinada à afetação de poupança especificamente para o complemento da pensão, apenas sendo possível resgatar o valor acumulado no momento da reforma. Trata-se de um instrumento de programação antecipada do rendimento do futuro pensionista, correspondendo à evidência de quanto mais cedo se iniciam as contribuições, menor é o esforço para a aquisição de um plano de rendas vitalícias, por tirar partido do efeito capitalização dos rendimentos ao longo do período contributivo.

Por outro lado, a implementação de medidas de austeridade na sequência do Plano de Ajustamento Económico Financeiro negociado com a União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, condicionou fortemente o rendimento disponível das famílias e restringiu a sua capacidade de poupança, impacto que se fez sentir no Regime Público de Capitalização.

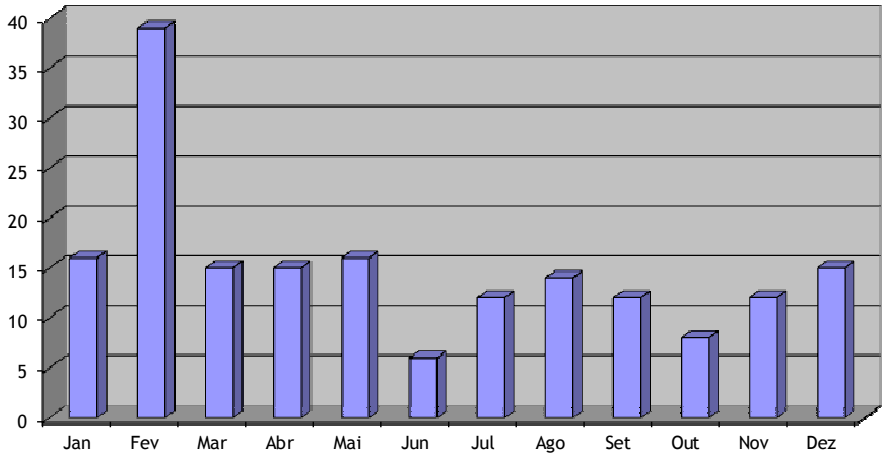


Gráfico 1 | Evolução das adesões 2013

Fundo dos Certificados de Reforma

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) destina-se à concretização dos objetivos do Regime Público de Capitalização e contém duas carteiras autónomas, destinadas, respetivamente, à fase de acumulação (FCR-A) e à fase de utilização (FCR-U).

A carteira da fase acumulação destina-se à maximização do valor capitalizado das contribuições dos aderentes. A carteira da fase de utilização só será constituída caso o IGFCSS, IP venha, mais tarde, a internalizar a gestão de planos de rendas vitalícias, o que só sucederá se as condições dos planos de rendas vitalícias disponíveis em cada momento nos mercados financeiros forem consideradas desfavoráveis para os beneficiários do Regime Público de Capitalização.

Em 31 de dezembro de 2013 existiam 26,021,659.24 unidades de participação, distribuídas pelos diversos subscritores de acordo com a sua participação mensal, com um valor unitário de 1.22080 euros.

O valor médio dos Certificados de Reforma (CR) em 2013 foi de 1.20495 euros. **O aderente que manteve um montante constante de entregas durante os últimos 12 meses, isto é, entre janeiro e dezembro de 2013, obteve uma valorização do seu património de +2.75%.**

Aquele aderente que tenha mantido um montante mensal constante de entregas desde o início do Regime Público de Capitalização (RPC), isto é, desde abril de 2008, acumulava, em 31.12.2013, uma valorização média anual de +3.26%. O valor médio dos CR desde o início foi de 1.11489 euros.

Aquelas taxas de valorização contrastam com a medida de rendibilidade habitualmente difundida, que compara o valor unitário do certificado de reforma no final do ano com o do início do ano, a qual se cifrou em +2.65%. Esta medida não reflete, porém, o mecanismo de aquisição de certificados de reforma que caracteriza o RPC, que é o de contribuições mensais constantes.

A carteira do FCR-A ascendia em 31.12.2013 a 29,325,571.73 euros.

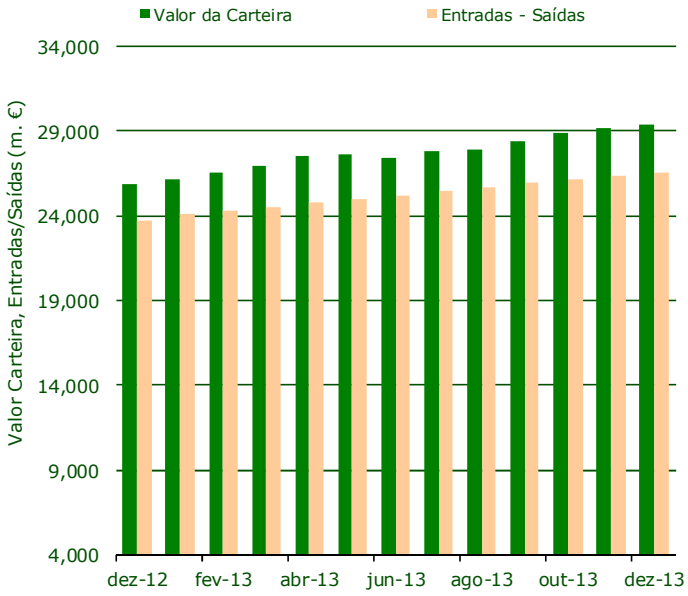


Gráfico 2 | Evolução do montante da carteira do FCR-A

O FCR-A foi criado em abril de 2008 com um montante inicial de subscrições de 328,891.63 euros. A média mensal de entregas líquidas durante o ano 2013 ascendeu a 230,090.60 euros, cifrando-se num total de 2,761,087.14 euros neste ano. Este valor adicionado às subscrições líquidas dos anos anteriores totaliza o valor de 26,495,758.85 euros desde a criação do Fundo.

Fundo de Compensação do Trabalho

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), criado pela Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. Estão abrangidas pelo regime jurídico do FCT as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho que se iniciaram após o dia 1 de outubro de 2013.

O FCT tem personalidade jurídica e um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do CD do IGFCSS, I.P. e integrando representantes das confederações de empregadores e sindicais e dos membros do governo das áreas das finanças, segurança social e emprego. Nos termos da lei a entidade gestora é o IGFCSS,I.P. a quem compete, ainda, apoiar administrativamente o Conselho de Gestão.

As adesões ao FCT iniciaram-se a 14 de outubro de 2013 e em 31 de dezembro o valor do fundo ascendia a 470,115.08 euros, com um valor da unidade de participação de 1,00036 euros.

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP

Enquadramento Legal

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) é um instituto público dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto-lei 203/2012, de 28 de agosto, tutelado pelo Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Tem como atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização, no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, a administração do Regime Público de Capitalização e a gestão em regime de capitalização dos fundos que lhe estão subjacentes e, nos termos do disposto na Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, a administração e a gestão do Fundo de Compensação do Trabalho. Complementarmente, o Instituto pode prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou de apoio técnico decorrentes da sua experiência de atividade e da informação económico-financeira de que dispõe.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei 203/2012, de 28 de agosto, o património do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) é distinto do Património do IGFCSS, IP, embora aquele esteja integrado neste (nºs 3 e 4 do art.º 1º do Decreto-Lei 203/2012). Por conseguinte são elaborados conta e orçamento específicos para o IGFCSS e para o FEFSS.

O Fundo dos Certificados de Reforma (FCR) é um património autónomo destinado à concretização dos objetivos do regime público de capitalização e, como tal, único responsável pelo cumprimento das obrigações dele decorrentes, de acordo com o n.º 2, art.º 1 do Regulamento de Gestão do FCR aprovado pela Portaria 212/2008, de 29 de fevereiro (ver relatório e contas do FCR).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo dotado de personalidade jurídica e destina-se a assegurar o direito do trabalhador ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho (n.ºs 1 e 2 do art.º 3.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto).

Visão, Missão e Valores

Visão

Ser um organismo de elevado valor instrumental para o Estado.

Missão

O Instituto tem como missão maximizar o valor dos ativos sob gestão, de acordo com as necessidades de longo prazo dos clientes.

Valores

O IGFCSS, IP pauta-se, na prossecução dos seus objetivos, por um conjunto de valores basilares de que os colaboradores do Instituto prestam provas diárias:

» Responsabilidade pública: “somos um instrumento do Estado”.

» Eficiência: “medir, gerir, criar valor”. Solução de investimento mais eficiente.

» Resultados: "fazer acontecer".

» Gestão do risco: "É nisto que somos especiais!" Preservando a continuidade de negócio, gerimos o risco de mercado a partir de uma opinião própria que integra os horizontes de curto, médio e longo prazo.

» Igualdade Género: "Prosseguimos em todos os atos a igualdade entre mulheres e homens, bem como a conciliação entre a vida profissional, a vida familiar e pessoal".

Órgãos Sociais

Conselho Diretivo cujo mandato terminou a 31.12.2013

» Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha

Presidente

» Mestre António Henrique da Silva Cruz

Vice-Presidente

» Dra. Teresa Maria Silva Fernandes

Vogal

Conselho Diretivo cujo mandato se iniciou a 1.01.2014[5]

» Prof. Doutor Manuel Pedro da Cruz Baganha

Presidente

» Prof. Doutor Paulo Manuel de Morais Francisco

Vice-Presidente

» Dra. Teresa Maria Silva Fernandes

Vogal

Conselho Consultivo[6]

» *Presidente*: Prof. Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes

» Dra. Teresa Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

» Dr. Rui Filipe de Moura Gomes em representação do IGFSS, IP

» Dra. Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho em representação *do IGCP, EPE*

» Dr. José Emílio Mendes Pires *em representação da CGTP-IN*

» Dra. Ana Paula Mata Bernardo *em representação da UGT*

» Dra. Cristina Isabel Jubert de Nagy Morais *em representação da CAP*

» Dr. Pedro d'Almeida Freire *em representação da CCP*

» Dr. Rafael Campos Pereira *em representação da CIP*

» Dra. Adília Maria Cardoso Lisboa *em representação da* CTP

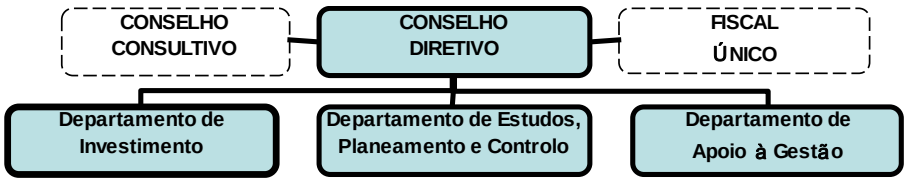
[5] Designados, respetivamente pelos despachos do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social n.º 16712/2013, de 16/12; 16716/2013, de 16/12 e 16933-B/2013, de 20/12, publicados na 2.ª série do DR em 24/12 e 30/12.

[6] Designado por despacho do Ministro da Solidariedade e Segurança Social n.º8969/2013, de 27/06, publicado na 2.ª série do DR em 9/07/2013.

Fiscal Único[7]

Sociedade de Revisores de Contas Horwath Et Associados , SROC, Lda

Organograma



[7] Designado por despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social n.º 3378/2013, de 28 de janeiro, publicado na 2.ª série do DR em 4 de março.

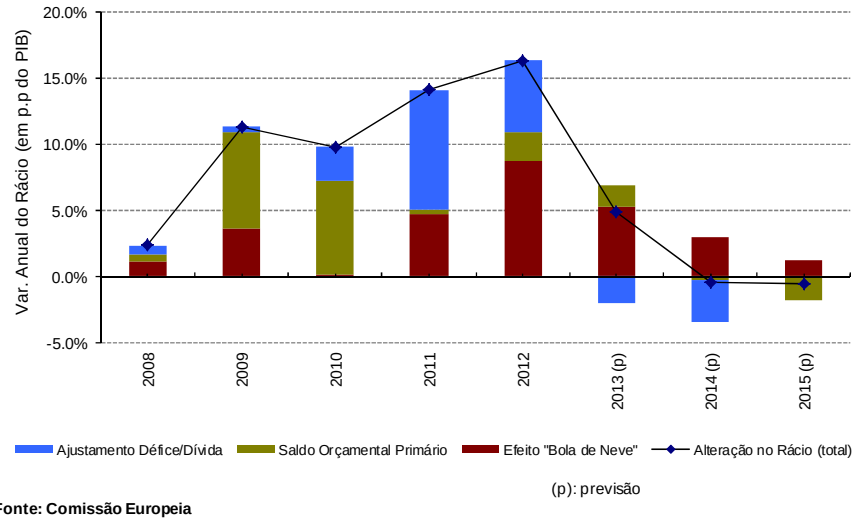
ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE EM 2013

Ambiente Macroeconómico

Durante o ano de 2013 a evolução da economia portuguesa manteve fortes condicionamentos associados ao processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados nos últimos anos. O processo de ajustamento assume uma natureza duradoura, marcada nesta fase pelos objetivos do programa de assistência financeira tripartido em curso, nomeadamente a necessidade de desenhar uma trajetória sustentadamente descendente da dívida pública. Com efeito, a economia portuguesa manteve durante o ano o percurso de correção estrutural das contas públicas, assente nas metas de consolidação orçamental, conseguindo ainda uma melhoria do saldo das contas externas, função de aumento de poupança do setor privado não financeiro e da continuidade da queda do investimento.

O défice orçamental reduziu-se desde o ano de 2010 de 10% do PIB para 4.9% em 2013 (fonte: INE), reiterando-se no Orçamento de Estado para 2014 o objetivo de redução para 4%. O objetivo de défice orçamental para 2013, de 5.5% do PIB, foi assim superado, ainda que comporte a influência de alguns fatores excecionais, como a injeção de capital no Banif e do crédito fiscal ao investimento, a agravarem o défice, e o perdão fiscal, a melhorar o saldo orçamental do ano 2013. A UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) estima que o défice estrutural tenha evidenciado uma redução de 6.4% do PIB em 2012 para 5.8% em 2013. Neste âmbito, importa sublinhar a importância do compromisso assumido pelas autoridades, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, de sustentação, no médio prazo, de um saldo orçamental estrutural equilibrado, estabelecido em -0.5% do PIB. Por conseguinte, o ano de 2014 continuará a exigir um ajustamento adicional intenso que enfrenta riscos significativos, destacando-se destes a apreciação em curso por parte do tribunal constitucional de várias medidas orçamentais aplicadas em 2014 e ainda a fadiga social e política decorrente de três anos de austeridade.

Apesar destes progressos, o rácio de dívida pública face ao PIB continua num percurso ascendente, penalizado por um efeito "bola de neve" muito intenso e ainda por efeito de ajustamentos significativos défice-dívida nos dois anos anteriores. Em 2013 e 2014 estes ajustamentos negativos deverão ser travados, em grande medida devido a efeitos positivos decorrentes de privatizações (*vide* gráfico 3). Não obstante, a aceleração do crescimento nominal do produto, para além da consolidação fiscal, será necessária de forma a definir um percurso fiscal sustentável. Um crescimento económico nominal significativamente inferior ao custo do serviço de dívida acentuará o efeito "bola de neve" negativo, resultando numa deterioração da posição fiscal.



Fonte: Comissão Europeia

Gráfico 3 | Decomposição da dinâmica do rácio de Dívida Portugal

As previsões atualmente existentes para a evolução da economia portuguesa não apresentam divergências significativas (*vide* tabela 4), resultando numa progressão do crescimento homólogo de cerca de 1% em 2013 para variações que poderão atingir os 1,5% em 2015 (*vide* tabela 4). Estas perspetivas resultam numa estabilização do rácio de dívida em valores ligeiramente inferiores a 130% do PIB.

Em 2014, acentua-se a incerteza relativa ao comportamento do consumo privado e, consequentemente, do produto num contexto de reforço de consolidação fiscal. O setor privado encontra-se num estádio de redução de dívida mais avançado do que o setor público, especialmente no caso das famílias que veem os seus balanços melhorados em grande medida devido a um forte aumento da poupança. Devido ao patamar historicamente elevado da taxa de poupança, admite-se agora que o consumo privado possa evoluir de acordo com o rendimento disponível. No setor empresarial não financeiro os progressos na redução de dívida não se mostram significativos, o que associado à persistência de alguma fragilidade no setor bancário deverá continuar a conter uma progressão mais significativa do investimento e do emprego. Mantém-se igualmente alguma incerteza sobre a capacidade de manutenção da melhoria das contas externas, concretamente sobre a proporção estrutural dos progressos face à componente cíclica. Existem evidências sobre o aumento de competitividade decorrente de custos laborais mais reduzidos que resultaram em ganhos de quotas de mercado, existindo contudo igualmente dúvida sobre a capacidade de expansão adicional e ainda sobre a persistência da redução das importações.

Todavia, desde o início do ano 2013, Portugal tem beneficiado de um sentimento de mercado positivo com exceção do momento de turbulência associado à crise política do mês de julho. O sentimento benigno em relação à dívida soberana portuguesa tem sido favorecido pelo suporte das instituições envolvidas no programa de assistência, que reiteram o suporte ao país até que as condições de regresso ao financiamento de mercado se encontrem asseguradas assim como pela aparente crescente convicção de que não serão, no caso português, adotadas medidas de reestruturação, que no caso da Grécia não se revelaram eficazes. Os dados económicos mais favoráveis do que o esperado no início do ano, assim como a determinação do país na prossecução dos compromissos assumidos contribuíram, no seu conjunto, para a credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo e para o regresso da confiança dos credores internacionais.

Neste contexto favorável, a república portuguesa tem aumentado o financiamento de mercado, acumulando reservas de liquidez que, apesar de representarem um custo expressivo para o Estado, resultam num reforço da

confiança do mercado conferindo ainda maior poder negocial nas negociações para a saída do programa em maio de 2014. Cobertas as necessidades de financiamento para o ano de 2013, e mediante um ambiente externo positivo, o Tesouro português iniciou ainda no final desse ano uma redução das necessidades de tesouraria para 2014 e 2015. Em dezembro de 2013, foi efetuada uma troca de dívida de 6.6 mil milhões de euros, de títulos a atingir a maturidade em 2014/2015 por títulos a vencer em 2017/18. Já em janeiro de 2014 foi levada a cabo, uma nova emissão, sindicada, de títulos com maturidade de 5 anos que ascendeu a 3.25 mil milhões de euros. Em fevereiro, o tesouro português, realizou uma emissão sindicada de dívida a dez anos financiando-se em 3 mil milhões de euros na segunda emissão de dívida de longo prazo de 2014, garantindo o financiamento necessário para o ano.

O ano de 2014 inicia-se assim sob auspícios mais favoráveis, mantendo-se contudo envolto em fatores de incerteza consideráveis. No que respeita à política orçamental delineada para o ano de 2014, o elevado montante previsto de redução de despesa comporta um risco de execução considerável, agravado pela necessidade de implementação de medidas alternativas no caso de algumas medidas inscritas no orçamento serem declaradas inconstitucionais. A reação dos agentes económicos às medidas implementadas assume, assim, algum grau de incerteza.

Aos riscos decorrentes do contexto interno soma-se este ano, com caráter particularmente crítico, o ambiente externo. Efetivamente, a economia portuguesa encontra-se na reta final do programa de assistência, não se encontrando clarificados os mecanismos de suporte que persistirão numa fase de transição para um financiamento pleno de mercado. Este risco encontra-se agravado desde a decisão do Tribunal Constitucional Alemão em consultar o Tribunal de Justiça Europeu sobre a conformidade do programa OMT do BCE com os Tratados Europeus.

Atividade Económica e Preços

Apesar de ter confirmado em 2013 o 3º ano consecutivo de contração da sua atividade, a economia portuguesa apresentou no decorrer do último ano uma inversão na sua trajetória, conseguindo interromper o ciclo recessivo que durava há 10 trimestres consecutivos, com 3 trimestres consecutivos de crescimento em cadeia e com sinais animadores que apontavam para um crescimento muito débil mas relativamente sustentável em 2014. De facto, tendo atingido o ponto mais baixo deste ciclo no 1T de 2013, começaram a multiplicar-se posteriormente um conjunto de sinais bastante mais favoráveis que vieram a desencadear um comportamento muito favorável no consumo das famílias em meados do ano. Não obstante a prossecução de medidas de austeridade em 2013 e do seu posterior agravamento inscrito no OE para 2014, citam-se alguns fatores para a interrupção da recessão em que o país se encontrou durante todo o ano de 2012. Entre eles, destaca-se a decisão do Tribunal Constitucional em abril em declarar inconstitucionais algumas normas do OE-13 e que terão levado a uma maior apetência das famílias pelo regresso ao consumo, depois de vários anos em que se verificou um aumento acentuado da taxa de poupança. Outro, porventura o mais importante, terá resultado da franca melhoria do sentimento económico que grassou em toda a Europa, e que veio dar origem a melhorias também substanciais nas condições económicas na Zona Euro. Não deixa, igualmente, de ser surpreendente que a economia portuguesa se tenha revelado insensível à possibilidade de eleições antecipadas no verão, quando uma crise política esteve na iminência de dissolver o atual Governo em funções. Portugal registou uma contração anual de 1.4% que, em bom rigor, se posiciona bastante acima das previsões iniciais do Governo e dos Organismos Internacionais.

Para além da melhoria gradual do consumo privado, registou-se um outro ano bastante razoável ao nível da procura externa líquida. De acordo com os dados externos, as exportações terão crescido 6.2% em 2013 o que, para além de representar uma aceleração face ao ano anterior, se revela um fator bastante positivo no contexto de uma Europa a sair da recessão, mas ainda com registo de contração. Mesmo com a inversão esperada no crescimento das importações, que registou a primeira variação positiva desde 2010 por força da melhoria da procura doméstica, o saldo da balança de transações correntes (BTC) registou durante o ano a inflexão para terreno positivo, facto que nunca havia ocorrido desde a entrada do país na UEM.

O aspeto eventualmente menos animador do comportamento económico de 2013 reside na evolução ainda muito frágil da componente de investimento, que depois de perdas acumuladas entre 2010 e 2012 de aproximadamente 23%, voltou a contrair em 2013 mais 8% e com a agravante de, ao contrário do que se constatou para o consumo privado, não terem surgido sinais de animação substanciais na segunda metade do ano. Com 50% desta componente consignado à construção, verifica-se que os "fundamentais" no setor não deverão assegurar uma transição para a recuperação ao ritmo desejado.

Questionava-se, no final de 2013, a sustentabilidade da recuperação da economia portuguesa no novo ano, atendendo à continuação de um forte ajustamento fiscal, correspondente a cerca de 2.3% do PIB (cerca de 3.9 mil milhões de euros), ao comportamento incerto do consumo das famílias num quadro de forte austeridade e à continuação de uma enorme fragilidade ao nível da atividade de crédito, não só por decorrência do processo de desalavancagem dos bancos que impõem "*standards* creditícios" mais exigentes, como também por fatores associados à procura de crédito por parte dos agentes económicos.

Componentes PIB (Óptica da Despesa)	Estrutura PIB 2013	Dados Anuais			Dados Trimestrais Homólogos				Contributos médios PIB 2013	Média 1995-2013
		2011	2012	2013	2013 Q1	2013 Q2	2013 Q3	2013 Q4		
Consumo Privado	64.5%	-3.8	-5.6	-1.6	-4.0	-2.3	-0.9	0.7	-1.0 p.p	**1.9**
Gastos Públicos	19.1%	-4.3	-4.4	-1.7	-3.2	-2.3	-1.3	0.1	-0.3 p.p	**1.7**
FBCF	15.3%	-10.7	-14.5	-7.1	-16.1	-6.2	-4.4	-1.8	-1.3 p.p	**0.3**
Exportações	40.6%	7.2	3.3	6.2	0.7	7.4	7.2	9.4	1.2 p.p	**4.7**
Importações	39.5%	-5.9	-6.9	2.9	-4.4	5.2	5.5	5.2		**3.6**
PIB Real	**100.00%**	**-1.6**	**-3.2**	**-1.4**	**-4.0**	**-2.0**	**-0.9**	**1.7**	**-1.4**	**1.9**
Dif. Crescimento face à ZE		-3.1	-2.6	-1.0	-2.9	-1.4	-0.7	1.2		**0.3**

Fonte: Bloomberg, INE

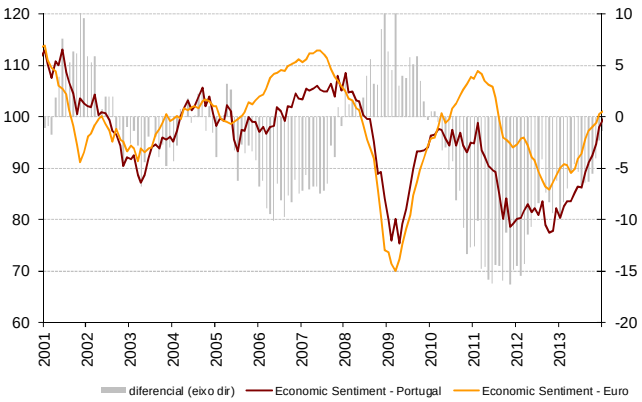
Tabela 3 | PIB Portugal por componentes (Ótica da Despesa)

Organismos	2014	2015
Min. Finanças - OE 2014	0.8%	-
Banco de Portugal	1.2%	1.4%
FMI	0.8%	1.5%
OECD	0.4%	1.1%
Comissão Europeia	0.8%	1.5%
Mediana Bloomberg	1.0%	1.2%
Média	**0.8%**	**1.3%**

Tabela 4 | Previsões de Crescimento do PIB para Portugal 2014/2015

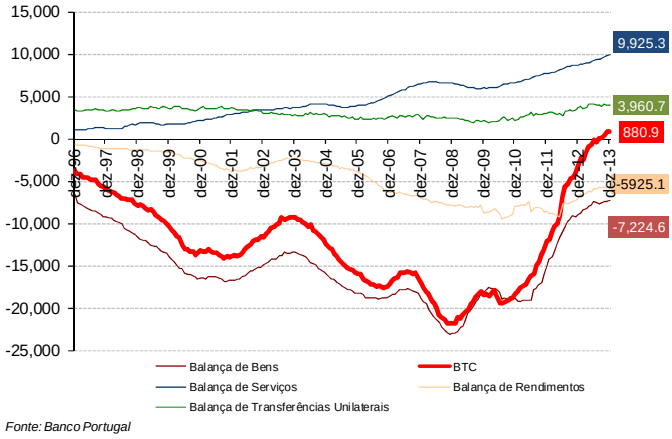
Um outro sinal particularmente relevante na economia portuguesa em 2013 foi a redução substancial da taxa de desemprego, que começou a cair a partir do final do 1º trimestre do ano. Tendo atingido o pico em janeiro nos 17.6%, o comportamento desta variável surpreendeu mesmo as perspetivas mais otimistas, reduzindo-se gradualmente até 15.4% em dezembro. A taxa média de 16.5% foi, ainda assim, superior à verificada no ano anterior, que se situou em 15.9%. A intensa redução verificada ao longo do ano decorre de duas interpretações com significado económico distinto: na vertente positiva, o crescimento trimestral do PIB em cadeia ocorrido desde o 2T do ano trouxe consigo criação de emprego, facto que já não ocorria desde o último trimestre de 2010. De facto, desde o 2T do ano que a economia portuguesa criou cerca de 99 mil empregos líquidos; na vertente negativa, destaca-se a forte redução da população ativa em cerca de 67 mil pessoas o que, perante uma redução da população inativa de cerca de 50 mil pessoas e de um saldo natural que se calcula em média de -27 mil pessoas por ano, indica a possibilidade de uma nova vaga de emigração massiva que este ano deve ter atingido cerca de 90 mil pessoas.

Em relação à inflação, como decorrência dos habituais efeitos *lag* da atividade sobre os preços, observou-se ao longo do ano, e de forma mais proeminente a partir de metade do ano a uma intensa desaceleração dos valores homólogos acabando o ano com um valor em torno de 0.2%. A inflação média foi de 0.5%, face a um valor de 2.8% em 2012. Este valor amplia a queda que também ocorreu na Zona Euro, por força de uma contração económica mais acentuada face à região como um todo, sendo reforçado por efeitos base negativos que resultaram da subida do IVA em 2012 e posterior manutenção em 2013.



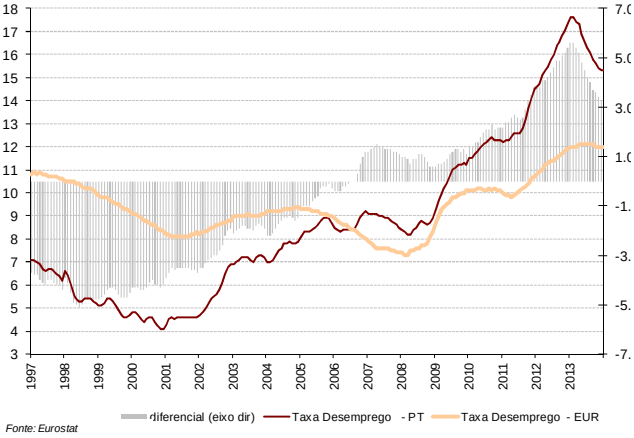
Fonte: Comissão Europeia

Gráfico 4 | Evolução da Confiança dos Consumidores (Portugal vs Zona Euro)



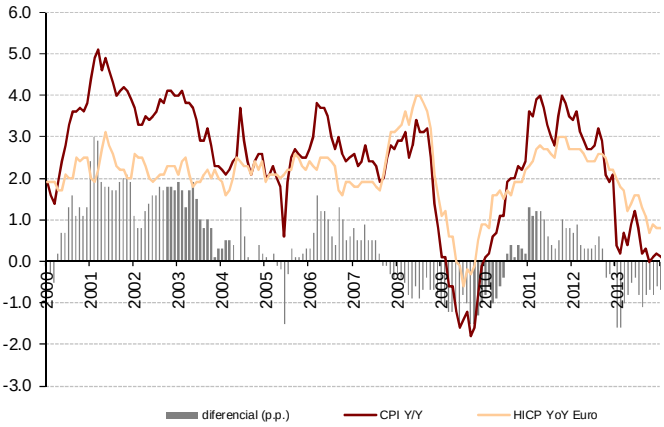
Fonte: Banco Portugal

Gráfico 5 | Evolução Balança Transações Correntes



Fonte: Eurostat

Gráfico 6 | Evolução Tx. Desemprego (Portugal vs Z.Euro)



Fonte: Eurostat

Gráfico 7 | Evolução Tx. Inflação (Portugal vs Z.Euro)

CONTAS DO EXERCÍCIO

Situação Patrimonial

No final de 2013, os Fundos Próprios do IGFCSS, IP ascendiam a 518,491.21 euros o que representa um aumento de 131,015.58 euros face ao final do ano anterior.

Conta de Exploração

Os custos de administração correspondentes ao funcionamento do Instituto têm estrutura semelhante à de uma sociedade gestora de fundos, concentrando-se especialmente nos custos com pessoal e nos fornecimentos e serviços externos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31-12-2013	31-12-2012
CUSTOS E PERDAS		
Fornecimentos e serviços externos	737,492.30	734,166.31
Custos com pessoal	1,310,857.35	1,130,208.10
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	35,178.85	61,892.79
Provisões do exercício	61,047.35	46,000.00
Custos e perdas financeiras	2,687.47	1,478.65
Custos e perdas extraordinários		2,366.31
	2,147,263.32	1,976,112.16
Transferências concedidas	70,281.10	40,828.18
PROVEITOS E GANHOS		
Prestações de serviços	81,122.55	69,174.89
Transferências correntes do OSS via FEFSS	2,045,781.00	2,100,522.82
Proveitos e Ganhos Financeiros	6,635.91	6,306.78
Proveitos e ganhos extraordinários	233,595.42	81,250.00
	2,367,134.88	2,257,254.49
Resultado líquido do exercício	149,590.46	240,314.15

Tabela 5 | Custos imputados aos Fundos

Os proveitos obtidos pelo IGFCSS, IP em 2013 provieram, principalmente, de dotações atribuídas pelo orçamento da segurança social (OSS), através do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS)[8] e da prestação do serviço de gestão do Fundo dos Certificados de Reforma (FCR)[9]. As dotações atribuídas pelo OSS correspondem à imputação ao FEFSS dos custos de funcionamento e despesas de investimento do IGFCSS, IP incorridas por este no ano económico.

Os resultados líquidos foram no montante de 149,590.46 euros, o qual decorre, essencialmente, do facto de, durante o presente ano económico, o IGFCSS, IP ter obtido transferências correntes do FEFSS, no montante de 2,045,781.00 euros, determinado com base na execução orçamental de despesa observada em 2012, mas ter

[8] Conforme o disposto no n.ºs 1 do artigo 11.º do decreto--lei n.º 216/2007, de 29 de maio, em conjugação com o disposto no n.º 2 do artigo 11.º do anexo à portaria n.º 1273/2004, de 7 de outubro.

[9] Conforme o disposto na alínea a) do nº2 do artigo 11.º do decreto-lei n.º 216/2007, de 29 de maio, em conjugação com o disposto na alínea e) do artigo 30º do Decreto-Lei 26/2008, de 22 de fevereiro.

executado despesas de montante substancialmente inferior (1,972,156.60 euros), para além do efeito normal da amortização de apenas uma parte das transferências de capital recebidas.

Excluída a devolução do saldo do ano anterior (70,281.10 euros), os custos de funcionamento do Instituto (2,147,263.32 euros) corresponderam a 0.019% do montante médio de fundos sob gestão durante o ano e concentram-se nas rubricas custos com pessoal (61%) e fornecimentos de bens e serviços (34%), sendo 24.1% referentes a encargos com as instalações (177,998.83 euros) e com terminais de acesso a informação financeira (344,808.88 euros). Esta situação é característica da atividade de gestão de investimentos de fundos, particularmente assente em meios humanos e informacionais.

Remuneração dos Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 10.º do decreto-lei n.º 203/2012, de 28 de agosto «Os membros do conselho diretivo são equiparados, para efeitos remuneratórios, a gestor público.». Nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 da RCM n.º 34/2012, de 7 de março, o IGFCSS é classificado no grupo A. Os vencimentos correspondentes ao grupo A encontram-se concretizados na RCM n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

No entanto, atento o princípio legalmente instituído que proíbe, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), qualquer valorização remuneratória, as remunerações que atualmente os membros do Conselho Diretivo auferem resultam do Despacho Conjunto n.º 199/2000, de 22 de fevereiro, com aplicação dos cortes remuneratórios entretanto aprovados.

No que respeita às remunerações do Conselho Consultivo, o n.º 4 do art. 30º, da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, refere que os membros não são remunerados podendo ser abonadas ajudas de custo.

Relativamente à remuneração do Fiscal Único, a sua remuneração encontra-se fixada no despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e Ministro da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, de 28 de janeiro de 2013, em 17% do montante fixado para o vencimento base mensal ilíquido, depois do corte de 5% previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, do respetivo presidente do órgão diretivo. Tratando-se de uma prestação de serviços este montante será acrescido de IVA à taxa legal.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

O presente capítulo visa corresponder ao previsto no art.º 15º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro.

Para 2013 a Tutela aprovou para o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP) os seguintes objetivos operacionais no âmbito do QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilidade:

EFICÁCIA
OB 1 Criar Valor para a Segurança Social
OB 2 Gestão prudente do FEFSS
OB 3 Preservar valor do FCR
EFICIÊNCIA
OB 4 Controlar custos de gestão do FEFSS
OB 5 Otimização da estrutura
QUALIDADE
OB 6 Cumprir a política de qualidade
OB 7 Formação dos Recursos Humanos

Em 2013, todos os objetivos foram superados.

OBJETIVOS	NÃO ATINGIDOS	ATINGIDOS	SUPERADOS
Eficácia	0	0	3
Eficiência	0	0	2
Qualidade	0	0	2

Tabela 6 | Resultados Objetivos QUAR 2012

O objetivo "Criar valor para a Segurança Social", medido através do *excess return* da carteira sujeita a *benchmark*, foi superado, uma vez que o retorno desta carteira excedeu em 0,16% a carteira resultante das decisões de rebalanceamento.

A carteira sujeita a *benchmark* tem como referência externa a carteira aprovada pelo Ministro da Tutela, então designado, Ministro da Solidariedade e Segurança Social, a qual, fixada em dezembro de 2011, admite um valor máximo para a volatilidade. Para assegurar uma "Gestão prudente do FEFSS" foi definido como indicador o "número de semanas com volatilidade exponencial fora do limite" cuja meta de superação era 6. Não tendo, em qualquer semana, a volatilidade ultrapassado o limite fixado, o objetivo foi superado.

O objetivo "Preservar valor do FCR" tinha como indicador o "número de semanas com *tracking error* exponencial fora do limite" cuja meta era 7 com uma tolerância de 1. Como o valor do indicador foi 0 o objetivo foi superado.

Para avaliar a eficiência da gestão foram definidos dois objetivos operacionais que visavam um controle de custos quer na realização das operações de investimento quer na gestão do Instituto. Para o objetivo "Controlar custos de gestão do FEFSS" definiu-se como indicador a percentagem que os custos de transação representavam nas

operações de compra e venda de ações, cuja meta de superação era 0,028%. Tendo o indicador atingido o valor de 0,019% o objetivo foi superado.

Para superar o objetivo "Otimização da Estrutura", os custos de funcionamento do IGFCSS deveriam representar menos de 0,028% dos valores médios sob gestão. Tendo aquele custo representado 0,019% do valor médio dos fundos o objetivo foi superado.

O IGFCSS,I.P. é gerido numa ótica de processos, que são avaliados por uma bateria de indicadores, uns referentes aos processos de negócio, outros aos de suporte, sendo definidas metas para cada indicador. O objetivo "Cumprir a Política de Qualidade" foi superado uma vez que foram superados ambos os indicadores. O indicador dos processos de negócio atingiu o valor de 73,91% quando o valor para superar era de 57,5% e o de processos de suporte atingiu o valor de 94,12% contra uma meta de superação de 80%.

O objetivo "Formação dos recursos humanos" foi superado atendendo a que o número de horas de formação (317) foi superior ao valor da meta (150 horas) acrescido da tolerância (50 horas).

- **Atividades desenvolvidas, previstas e não previstas no plano, com indicação dos resultados alcançados**

O plano de atividades do IGFCSS, IP para 2013 incluía os seguintes projetos:

Atividades correntes

i. Alocação estratégica do FEFSS e do FCR-A
ii. Gestão tática da carteira do FEFSS
iii. Administração do Regime Público de Capitalização

Atividades específicas

iv. Novo serviço de custódia e liquidação de títulos
v. Melhoria do sistema de controlo interno: módulo de cálculo de rentabilidades
vi. Integração da contabilidade no SIF.

i. Alocação estratégica das carteiras do FEFSS e do FCR-A

Como mencionado no relatório referente ao ano de 2012, em resultado da elevada volatilidade da dívida pública portuguesa, procedeu-se a alterações nas carteiras de referência estratégica dos fundos, das quais foi excluída a dívida pública portuguesa. No caso do FEFSS a carteira de referência foi aprovada pela Tutela em dezembro de 2011; para o FCR foi definida como carteira de referência o índice EFSS Alemanha (1-10 anos).

Mensalmente, a carteira de referência do FEFSS é avaliada através da maximização da rentabilidade por unidade de risco (índice de Sharpe) e o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos, decide sobre o rebalanceamento da carteira originando um referencial interno sobre o qual decide desvios táticos. Em 2013 tomaram-se decisões de rebalanceamento em 14 de maio, 16 de julho, 11 de setembro, 20 de novembro e 11 de dezembro, que são descritas no relatório de gestão do FEFSS.

Em cada trimestre o Conselho Diretivo, ouvido o Comité de Investimentos, fixa, em função da expectativa de evolução da curva de rendimentos da Alemanha, o nível de indexação ao índice EFFAS Alemanha (1-10 anos) e mensalmente avalia a possibilidade de rebalanceamentos. O nível de indexação foi alterado, de 50% para 60%, em

julho, tendo-se procedido, ainda, a rebalanceamentos em maio e dezembro, operações que são descritas no relatório de gestão do FCR.

ii. Gestão tática da carteira do FEFSS

A atividade corrente de gestão da carteira do FEFSS centra-se na definição de desvios táticos, usualmente na 1ª e 3ª semanas de cada mês, à carteira de referência estratégica descrita em i. O resultado destes desvios é aferido pelo *excess return* que foi de 0,16%.

iii. Administração do Regime Público de Capitalização (RPC)

O IGFCSS,I.P. é responsável pela coordenação dos diversos organismos do Sistema de Segurança Social (Direção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto da Segurança Social e Instituto de Informática) com vista ao normal funcionamento das relações do Sistema de Segurança Social com os aderentes ao RPC. Estas relações incluem os processos de atendimento, adesão, renovação, suspensão, cessão, reporte de informação, cobrança de descontos, regularização e revogação de pagamentos, gestão do Fundo, atribuição de complementos, negociação de rendas, pagamento e controlo.

iv. Novo serviço de custódia e liquidação de títulos

Como mencionado no relatório de 2012, em julho desse ano foi solicitada a autorização de despesa, da competência do Sr. Primeiro-Ministro, e a portaria de extensão de encargos por mais de um ano económico, para o lançamento de um concurso internacional de seleção de um novo serviço de custódia e liquidação de títulos. Com a apresentação deste pedido terminava o processo de preparação, com o apoio de consultores técnicos e jurídicos, do concurso.

Em resultado da Portaria nº 216-A/2013, de 2 de julho, que instruiu o Conselho Diretivo a investir até 90% da carteira em dívida pública portuguesa, concluiu-se que a despesa associada com o serviço de custódia, que seria bastante inferior ao previsto, caberia nas competências do Conselho Diretivo. Em conformidade foi solicitado ao Sr. Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social o encerramento do processo, que deu a sua concordância em novembro de 2013.

Atendendo a que, por despacho de dezembro de 2013, foi delegada nos Conselhos Diretivos a competência para a autorização de encargos plurianuais, o CD aprovou, já em 2014, a despesa com aquisição de serviços de custódia que carece, contudo, de parecer prévio vinculativo de S. Ex.ª a Ministra de Estado e das Finanças que foi, entretanto, solicitado.

v. Melhoria do sistema de controlo interno: módulo de cálculo de rentabilidades

No primeiro semestre de 2013 foram realizados diversos testes tendo sido detetados vários problemas, que foram reportados ao fornecedor do software. Face ao tipo de erros ocorridos optou-se por uma redefinição da estratégia de abordagem ao desenvolvimento do módulo, centrada numa repetição dos testes numa carteira básica. Após o verão foram realizados testes nas instalações do fornecedor que iniciou o processo de correção dos erros detetados.

Os próximos passos estão dependentes da apresentação pelo fornecedor de uma solução para os vários, e importantes, problemas detetados e da disponibilização de uma versão retificada do módulo que permita a conclusão dos testes com uma carteira básica. Só após a conclusão, com sucesso, destes testes é que se iniciarão os testes com a carteira efetivas.

vi. Integração da contabilidade no SIF

Durante o ano de 2013 não se verificaram desenvolvimentos significativos no processo de integração da contabilidade no SIF.

- **Apreciação dos utilizadores**

Não foram realizados inquéritos de satisfação aos aderentes do regime público de capitalização.

- **Avaliação do sistema de controlo interno**

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Manuais de procedimentos por processo
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Auditorias internas no âmbito da norma ISO 9001
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?				Auditores internos com formação ISO 9001
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Aprovado Código de ética dos colaboradores
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Comités de Investimento, Estratégia e Qualidade
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			Auditoria do IGMSESS às medidas de contenção da despesa pública no âmbito do sistema remuneratório Auditoria externa às contas do IGFCSS,I.P. do FEFSS e do FCR realizada pela Grant Thornton
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Portaria 640/2007, de 30 de maio, alterada pela Portaria 1329-D/2011, de 30 de dezembro
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	100%			
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	46.4%			Foram 13 colaboradores
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				

3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?		X		Dada a dimensão do Instituto, o volume de compras recorrentes é pequeno pelo que não se justifica a elaboração de um plano detalhado. As restantes aquisições, quer de bens quer de serviços, são definidas anualmente quando da elaboração do orçamento
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	Dado o carácter altamente especializado das funções não faz sentido rotação entre funções
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			No Manual de qualidade
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No Manual de qualidade
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			No Manual de qualidade
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Comité da Qualidade
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de *backups*)?	X			Rede controlada pelo II,IP
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Rede controlada pelo II,IP

- **Causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes bem como parcialmente executados**

Da descrição dos diversos projetos previstos, e da sua execução, verifica-se que não foram integralmente cumpridos os projetos Novo Serviço de Custódia e Liquidação, Melhoria do Sistema de Controlo Interno: módulo de cálculo de rentabilidades e Integração da Contabilidade no SIF. As causas de não cumprimento destes projetos são as mesmas que têm explicado o protelamento destes projetos.

O projeto Novo Serviço de Custódia e Liquidação esteve dependente da autorização para a realização da despesa e, na fase final do ano, da anuência da Tutela ao cancelamento do processo, como explicado na descrição acima sobre este projeto.

O desenvolvimento do módulo de rentabilidades tem sido condicionado quer pela capacidade de resposta do fornecedor do sistema de gestão de ativos TRADER, risco que já fora identificado no plano de atividades para o ano de 2012, quer pela disponibilidade, resultante de escassez e de um aumento das obrigações de reporte, dos recursos humanos do IGFCSS.

A escassez de recursos humanos é um problema dos três departamentos do Instituto. Contudo, o acréscimo das obrigações de reporte tem amplificado o problema na área de controlo do Departamento de Estudos Planeamento e Controle (DEPC), a quem compete a responsabilidade pelo módulo de rentabilidades, e na área contabilística do Departamento de Apoio à Gestão, responsável pela integração no SIF. Durante o último trimestre de 2013 houve ainda necessidade de integrar no Instituto a gestão e administração do Fundo de Compensação do Trabalho. Para ultrapassar estes problemas está pendente a aprovação de um mapa de pessoal com postos de trabalho a serem preenchidos por técnicos superiores da carreira geral.

- **Comparação com o desempenho de serviços idênticos**

O desempenho do IGFCSS, I.P. é aferido pela capacidade de acrescentar valor aos patrimónios que gere, para além da rentabilidade que o mercado em que pode investir proporciona.

A tentação imediata de comparar com outros gestores de fundos, públicos ou privados, as rentabilidades em valores absolutos deve ser devidamente enquadrada, uma vez que cada património gerido tem objetivos específicos e, por isso, aversões ao risco diferentes.

Entendia o IGFCSS, I.P que uma comparação adequada seria com os fundos de poupança medidos pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Património (APFIPP) através de um indicador da relação entre rentabilidade e risco para períodos suficientemente longos, por exemplo 5 anos. Essa comparação, que foi apresentada em relatórios anteriores, deixou de ser possível uma vez que a APFIPP alterou a informação disponibilizada publicamente.

- **Audição dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na autoavaliação do serviço**

O IGFCSS realiza, anualmente, inquéritos aos trabalhadores para avaliar o grau de satisfação e motivação. Foi utilizado o modelo proposto pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Este estudo, com caráter universal e anónimo, foi realizado em janeiro de 2014, tendo obtido a resposta de 11 colaboradores.

Satisfação global dos colaboradores com a organização	2.37
Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	2.22
Satisfação com as condições de trabalho	2.72
Satisfação com o desenvolvimento da carreira	2.27
Níveis de motivação	2.89
Satisfação com o estilo de liderança - Gestão de Topo	2.23
Satisfação com o estilo de liderança - Gestão	3.07
Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	2.99

Mínimo de 1 (muito insatisfeito) e máximo de 5 (muito satisfeito)

No quadro superior apresentam-se os resultados considerando os grandes grupos de questões: satisfação global com a organização, satisfação com a gestão e sistemas de gestão, satisfação com as condições de trabalho, satisfação com o desenvolvimento da carreira, níveis de motivação e satisfação com o estilo de liderança.

Os resultados apresentam melhorias significativas relativamente aos de 2012, nomeadamente nos indicadores relacionados com a gestão e motivação, o que demonstra o elevado empenho dos colaboradores do Instituto apesar de todos os fatores que os têm afetado negativamente, em particular os duros cortes salariais em resultado da implementação das recomendações do Tribunal de Contas.

BALANÇO SOCIAL

Quadro de colaboradores

Os bons resultados de uma organização, em particular das que desenvolvem atividades intangíveis como a prestação de serviços financeiros, dependem em grande medida da qualificação, talento e motivação dos seus colaboradores.

Em 31.12.2013, o IGFCSS, IP tinha ao seu serviço um quadro de 25 colaboradores, assim distribuídos por departamentos e categorias profissionais.

	DI	DEPC	DAG	STAFF	TOTAL
Direção	1	1	1	0	**3**
Técnica	6	5	5	2	**19**
Administrativa	0	1	2	1	**4**
TOTAL	**7**	**7**	**8**	**3**	**25**

Tabela 7 | Quadro de Colaboradores

A especificidade e exigência técnica que decorre da atividade desenvolvida pelo IGFCSS, IP reflete-se na qualificação académica de base dos seus colaboradores, complementada de forma contínua por formação especializada.

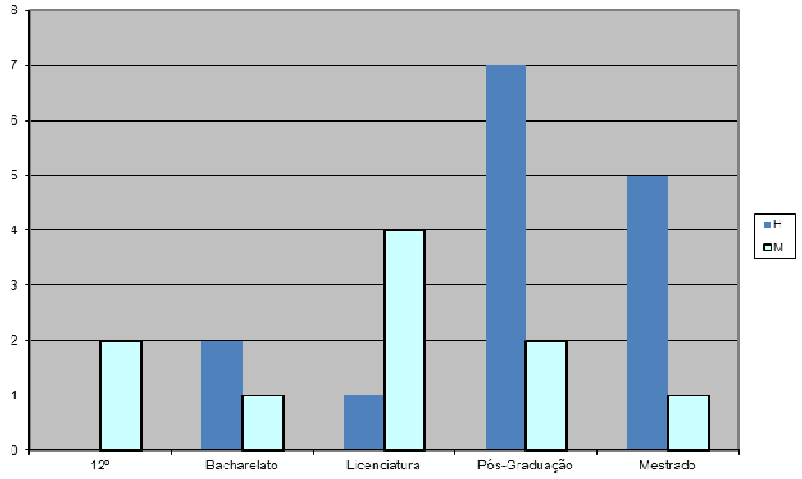


Gráfico 8 | Qualificação Académica dos Colaboradores

A estrutura etária dos colaboradores é relativamente jovem (idade média de 42 anos) sendo, em termos de género, praticamente equitativa.

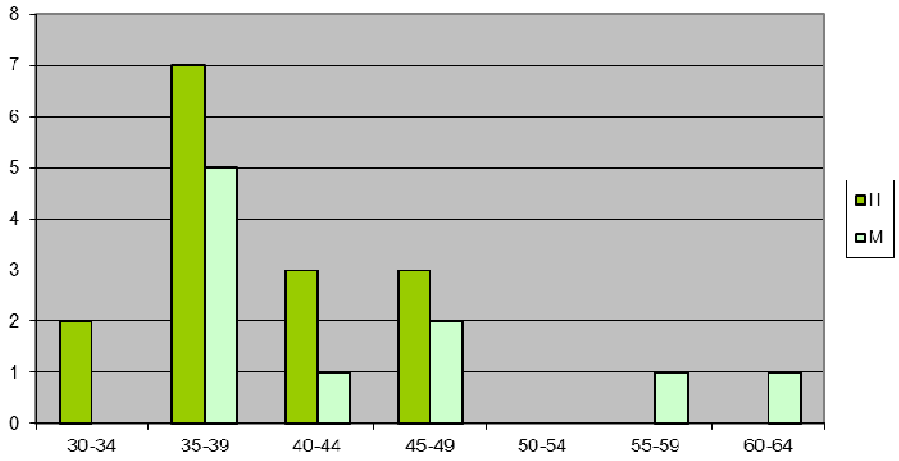


Gráfico 9 | Distribuição por idade e género dos Colaboradores

Formação

A atividade de gestão de ativos é marcada pela constante evolução e complexidade dos produtos e mercados financeiros, pelos métodos de gestão e investimento, pelo que a aposta na formação contínua e especializada dos seus quadros é uma preocupação constante e fundamental do IGFCSS, IP.

	Dirigente (sem CD)	Técnico	Administrativo	Total	N.º horas médio per capita
Horas em ações internas	0:00	00:00	00:00	**00:00**	
Horas em ações externas	24:00	90:00	26:00	**140:00**	11:66
Total de horas	**24:00**	**90:00**	**26:00**	**140:00**	**11:66**

Tabela 8 | Ações de Formação realizadas pelos colaboradores em 2013

Os quadros e a informação prevista no Decreto-Lei n.º 190/96 de 9 de outubro constam das notas anexas às contas.

INSTITUTO DE GESTÃO DE FUNDOS, IP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Código das Contas	ATIVO	Notas	Ativo Bruto	Amortiz. e Provisões	Ativo Líquido 31-12-2013	Ativo Líquido 31-12-2012
	Imobilizado:					
	Imobilizações corpóreas:					
423	Equipamento básico	8.2.7	1,003.02	10.45	992.57	0.00
424	Equipamento de transporte	8.2.7	75,593.16	75,593.16	0.00	0.00
426	Equipamento administrativo	8.2.7	1,038,741.13	998,022.75	40,718.38	63,450.18
4291	Artigos e objetos de valor	8.2.7	19,248.75	0.00	19,248.75	19,248.75
4293	Outras imobilizações corpóreas	8.2.7	40,574.95	35,764.64	4,810.31	6,186.73
			1,175,161.01	1,109,391.00	65,770.01	88,885.66
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.1	2,622.24		2,622.24	2,622.24
26	Outros devedores	8.2.39.1	60,024.62		60,024.62	0.00
			62,646.86	0.00	62,646.86	2,622.24
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	8.2.39.2	567,821.17		567,821.17	347,954.46
11	Caixa	8.2.39.2	1,491.95		1,491.95	1,326.64
			569,313.12	0.00	569,313.12	349,281.10
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	8.2.39.3	80,643.19		80,643.19	52,776.11
272	Custos diferidos	8.2.39.3	25,572.50		25,572.50	30,148.35
			106,215.69	0.00	106,215.69	82,924.46
	Total de amortizações			1,109,391.00		
	Total de provisões			0.00		
	Total do ativo		1,913,336.68	1,109,391.00	803,945.68	523,713.46

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2013

BALANÇOS ANALÍTICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Código das Contas	Fundos Próprios e Passivo	Notas	31-12-2013	31-12-2012
	Fundos Próprios:			
57	Reservas			
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	8.2.32	389,063.19	389,063.19
59	Resultados transitados	8.2.32	-20,162.44	-241,901.71
88	Resultado líquido do exercício	8.2.32	149,590.46	240,314.15
			518,491.21	387,475.63
	Passivo:			
29	Provisões para riscos e encargos	8.2.31	107,047.35	46,000.00
			107,047.35	46,000.00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
221	Fornecedores, c/c	8.2.39.4	2,564.12	376.04
24	Estado e outros entes públicos	8.2.39.4	0.00	215.00
			2,564.12	591.04
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	8.2.39.5	155,863.54	89,646.79
274	Proveitos diferidos	8.2.39.5	19,979.46	
			175,843.00	89,646.79
	Total dos fundos próprios e do passivo		803,945.68	523,713.46

As notas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2013

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	Notas	31-12-2013		31-12-2012	
62	**Fornecimentos e serviços externos**			737,492.30		734,166.31
	Custos com o pessoal:					
641 + 642	Remunerações	8.1.5	1,058,201.01		933,587.13	
	Encargos sociais:					
645/8	Outros	8.1.5	252,656.34	1,310,857.35	196,620.97	1,130,208.10
66	**Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo**	8.2.7 e 8.2.8	35,178.85		61,892.79	
67	**Provisões do exercício**	8.2.31	61,047.35	96,226.20	46,000.00	107,892.79
	(A)			2,144,575.85		1,972,267.20
68	**Custos e perdas financeiras**	8.2.37	2,687.47	2,687.47	1,478.65	1,478.65
	(C)			2,147,263.32		1,973,745.85
69	**Custos e perdas extraordinários**	8.2.38		70,281.10		43,194.49
	(E)			2,217,544.42		2,016,940.34
	(G)			2,217,544.42		2,016,940.34
88	**Resultado líquido do exercício**			149,590.46		240,314.15
				2,367,134.88		2,257,254.49
	PROVEITOS E GANHOS					
71	**Vendas**					
	Prestações de Serviços	8.2.35	81,122.55	81,122.55	69,174.89	69,174.89
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	8.2.39.7 e 8.2.2	2,045,781.00	2,045,781.00	2,100,522.82	2,100,522.82
	(B)			2,126,903.55		2,169,697.71
78	**Proveitos e Ganhos Financeiros**	8.2.37	6,635.91	6,635.91	6,306.78	6,306.78
	(D)			2,133,539.46		2,176,004.49
79	**Proveitos e ganhos extraordinários**	8.2.38		233,595.42		81,250.00
	(F)			2,367,134.88		2,257,254.49
	RESUMO:					
	Resultados operacionais : (B)- (A) =		-17,672.30		197,430.51	
	Resultados financeiros : (D-B)- (C-A) =		3,948.44		4,828.13	
	Resultados correntes : (D)- (C) =		-13,723.86		202,258.64	
	Resultados antes de impostos : (F)- (E) =		149,590.46		240,314.15	
	Resultados líquido do exercício : (F)- (G) =		149,590.46		240,314.15	

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2013

FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Nota explicativa	Código			Recebimentos			
	Capº	Grupo	Artº				
	16	01		**Saldo gerência anterior**			
				Execução orçamental			
				De dotações orçamentais			
				De receitas próprias			
				Na posse do serviço - Depósitos à Ordem	349,066.10		
				Na posse do serviço - Depósitos a Prazo	0.00	349,066.10	
				Na posse do Tesouro			
				De receita do Estado	215.00	215.00	
				De operações de tesouraria			
				Descontos em vencim.e salários:			
				receita do Estado			
				I - Total do saldo de Gerª na posse do serviço		349,281.10	**349,281.10**
				Receitas			
				Dotações orçamentais(OE)			
				CORRENTES			
	05			**Rendimentos de propriedade**			
		02		**Juros-Sociedades Financeiras**	**6,853.37**	6,853.37	
			0112	Depósitos à ordem	6,853.37		
				Transferências correntes			
	06			**Transferências correntes**	**2,045,781.00**	2,045,781.00	
		060105		Transferências correntes - Administração	2,045,781.00		
				Rendimentos de propriedade			
				Outros	**53,038.17**	53,038.17	
	07	02	9902	Outros proveitos	53,038.17		2,105,672.54
				CAPITAL			
	10			**Transferências de Capital**	**235,000.00**	235,000.00	
		06	0103	Receitas / Transferencia Capitalizacao	235,000.00		235,000.00
	15			**Reposições não abatidas aos pagamentos**	**2,899.23**	2,899.23	
		01	01	Reposições não abatidas aos pagamentos	2,899.23		2,899.23
				Receitas próprias			
				Correntes			
				Capital			
							2,343,571.77
				II - Total das receitas e dos fundos próprios			**2,343,571.77**
				Total da receita do exercício I + II			**2,692,852.87**
				III - Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias			
				IV - Total recebimentos Exercício I + II + III			**2,692,852.87**
				Importâncias retidas para entrega ao Estado			
				ou outras entidades			
				Receita do Estado			
				Operações de tesouraria			
				V - Total das retenções de fundos alheios			**2,692,852.87**
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado: 296,721.82			
				Operações de tesouraria: 317,354.28			
				Total Geral Mapa Fluxos de Caixa IV + V			**2,692,852.87**

FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Nota explicativa	Código			Pagamentos			
	Agrup.	Sub-Agrup.	Rubrica				
				Despesas			
				Despesas orçamentais (OE)			
				Correntes			
	01	00		**Despesas com o pessoal**	**1,241,417.45**		
		01		**Remunerações Certas e Permanentes**	**1,006,805.16**		
			02	Orgãos sociais	149,399.47		
			03	Pessoal dos quadros -FP	517,068.90		
			11	Representação	92,188.44		
			12	Suplementos e prémios	76,658.76		
			13	Subsídio de refeição	46,457.83		
			14	Subsídio de Férias e de Natal	125,031.76		
	01	02		**Abonos Variáveis ou Eventuais**	**3,072.19**		
			04	Ajudas de custo	1,880.37		
			14	Outros abonos em numerário ou espécie	1,191.82		
	01	03		**Segurança Social**	**231,540.10**		
			01	Encargos com saúde ADSE	17,151.16		
			05	Contribuições para a Segurança Social	213,935.25		
			09	Seguros	453.69		
	02			**Aquisição de Bens e Serviços**	**729,654.47**		
		01		**Aquisição de bens**	**21,566.36**		
			02	Combustíveis e Lubrificantes	4,542.83		
			04	Limpeza e higiene	984.66		
			08	Material de escritório	13,638.01		
			17	Ferramentas e utensílios	104.43		
			18	Livros e documentação técnica	1,795.06		
			21	Outros bens	501.37		
		02		**Aquisição de Serviços**	**708,088.11**		
			01	Encargos das instalações	48,311.58		
			02	Limpeza e higiene	17,145.02		
			03	Conservação de bens	4,501.89		
			04	Locação de Edifícios	105,692.40		
			09	Comunicações	6,656.56		
			12	Seguros	1,370.87		
			13	Deslocações e estadas	8,475.58		
			15	Formação	6,122.00		
			18	Vigilância e segurança	2,870.10		
			19	Assistência técnica	90,821.83		
			20	Trabalhos especializados	377,712.48		
			25	Outros Serviços	38,407.80		
	03			**Juros e outros encargos**	**1,084.68**		
		06	01	**Outros encargos financeiros**			
			0101	Serviços bancários	1,084.68	1,972,156.60	
				Aquisições de bens de Capital			
	07	01		**Aquisições de bens de capital - Investim.**	**20,862.43**		
			07	Equipamento informático	5,545.33		
			08	Software informático	5,166.11		
			09	Equipamento administrativo	10,150.99	20,862.43	
	08			**Transferências de capital - administrações públicas**	**70,281.10**		
		06	0103	Transferências de capital	70,281.10	70,281.10	2,063,300.13
				II - Total de despesas por c/ receitas próprias			2,063,300.13
				Total despesas do exercício I + II			**2,063,300.13**
				III - Total entrega ao Tesouro em c/ receita própria			
				IV - Total pagamento do exercício I + II + III			**2,063,300.13**
				Importâncias entregues ao Estado e outras entidades			
				Receita do Estado			
				Operações de tesouraria		60,239.62	60,239.62
				V - Total da despesa de fundos alheios			**2,123,539.75**
				SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		569,313.12	
				Execução orçamental			
				Dotações orçamentais(OE)			
				De receitas próprias			
				Na posse do serviço	569,313.12		
				Na posse do Tesouro			569,313.12
				De receita do Estado			
				De operações de tesouraria			
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Receita do Estado			0.00
				VI - Total do Saldo Gerª na posse do serviço			**569,313.12**
				Descontos em vencimentos e salários:			
				Retidos na fonte e considerados pagos:			
				De receita do Estado 296,721.82			
				De operações de tesouraria 317,354.28			
				Total Geral Mapa Fluxos Caixa IV + V + V I			**2,692,852.87**

CONTROLO ORÇAMENTAL - RECEITA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Classificação económica			Previsões corrigidas	Receitas por cobrar no início ano	Receitas liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental das receitas
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	Emitidos (8)	Pagos (9)	(10)=(7)-(9)	(11)=(4)+(5)-(6)-(7)	(12)=(10)/(3)*100
		RECEITAS / IGFCSS										
05		**Rendimentos de propriedade**	**3,000.00**		**6,853.37**	**0.00**	**6,853.37**			**6,853.37**	**0.00**	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	3,000.00		6,853.37		6,853.37			6,853.37	0.00	228.45
06		**Transferências correntes**	**2,045,781.00**		**2,045,781.00**	**0.00**	**2,045,781.00**			**2,045,781.00**	**0.00**	
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2,045,781.00		2,045,781.00		2,045,781.00			2,045,781.00	0.00	100.00
07		**Vendas de bens e serviços correntes**	**53,000.00**		**53,038.17**	**0.00**	**53,038.17**			**53,038.17**	**0.00**	
0702	712	Serviços	53,000.00		53,038.17		53,038.17			53,038.17	0.00	100.07
10		**Transferências**	**235,000.00**		**235,000.00**	**0.00**	**235,000.00**			**235,000.00**	**0.00**	
10060103	798311628	Segurança Social	235,000.00		235,000.00		235,000.00			235,000.00	0.00	100.00
15		**Reposições não abatidas aos pagamentos**	**1,000.00**		**2,899.23**	**0.00**	**2,899.23**			**2,899.23**	**0.00**	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	1,000.00		2,899.23		2,899.23			2,899.23	0.00	289.92
16		Outras receitas de capital	349,066.10		349,066.10		349,066.10			349,066.10		
		TOTAL	2,686,847.10		2,692,637.87	0.00	2,692,637.87			2,692,637.87	0.00	

CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Classificação económica			Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)	(3)	(4)	(5)	Ano (6)	Anos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=((3)-(4))-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	(12)=(8)/(3)*100
		DESPESAS / IGFCSS										
0101		**Remunerações certas e permanentes**	**1,026,014.00**	**0.00**	**1,006,805.16**	**1,006,805.16**	**0.00**	**1,006,805.16**	**19,208.84**	**19,208.84**	**0.00**	
010102	6411	Orgãos sociais	149,549.00	0.00	149,399.47	149,399.47		149,399.47	149.53	149.53	0.00	99.90
010103	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	528,614.00	0.00	517,068.90	517,068.90		517,068.90	11,545.10	11,545.10	0.00	97.82
010111	6421111/64229	Representação	92,232.00	0.00	92,188.44	92,188.44		92,188.44	43.56	43.56	0.00	99.95
010112	64134/642281	Suplementos e prémios	77,864.00	0.00	76,658.76	76,658.76		76,658.76	1,205.24	1,205.24	0.00	98.45
010113	642285	Subsídio de refeição	49,755.00	0.00	46,457.83	46,457.83		46,457.83	3,297.17	3,297.17	0.00	93.37
010114	64131/642241	Subsídio de férias e de Natal	128,000.00	0.00	125,031.76	125,031.76		125,031.76	2,968.24	2,968.24	0.00	97.68
0102		**Abonos variáveis ou eventuais**	**7,000.00**	**0.00**	**3,072.19**	**3,072.19**	**0.00**	**3,072.19**	**3,927.81**	**3,927.81**	**0.00**	
010204	64232/64225	Ajudas de custo	4,345.00	0.00	1,880.37	1,880.37		1,880.37	2,464.63	2,464.63	0.00	43.28
010214	642283/64141	Outros abonos numerário ou espécie	2,655.00	0.00	1,191.82	1,191.82		1,191.82	1,463.18	1,463.18	0.00	44.89
										0.00		
0103		**Segurança social**	**243,155.00**	**0.00**	**231,540.10**	**231,540.10**	**0.00**	**231,540.10**	**11,614.90**	**11,614.90**	**0.00**	
01030101	6451	Encargos com a saúde - ADSE	22,363.00	0.00	17,151.16	17,151.16		17,151.16	5,211.84	5,211.84	0.00	76.69
01030501	6452	Contribuições para a CGA	36,929.00	0.00	36,221.17	36,221.17		36,221.17	707.83	707.83	0.00	98.08
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	176,263.00	0.00	170,582.23	170,582.23		170,582.23	5,680.77	5,680.77	0.00	96.78
01030503	6458	Outras	7,140.00	0.00	7,131.85	7,131.85		7,131.85	8.15	8.15	0.00	99.89
010309	646	Seguros	460.00	0.00	453.69	453.69		453.69	6.31	6.31	0.00	98.63
		A transportar	**1,276,169.00**	**0.00**	**1,241,417.45**	**1,241,417.45**	**0.00**	**1,241,417.45**	**34,751.55**	**34,751.55**	**0.00**	

CONTROLO ORÇAMENTAL - DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

Classificação económica			Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)	(3)	(4)	(5)	Ano (6)	Anos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=((3)-(4))-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	(12)=(8)/(3)*100
		Transporte	1,276,169.00	0.00	1,241,417.45	1,241,417.45	0.00	1,241,417.45	34,751.55	34,751.55	0.00	
0201		**Aquisição de bens**	**31,350.00**	**0.00**	**21,566.36**	**21,190.32**	**376.04**	**21,566.36**	**9,783.64**	**9,783.64**	**0.00**	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	5,850.00	0.00	4,542.83	4,166.79	376.04	4,542.83	1,307.17	1,307.17	0.00	77.66
020104	62234	Limpeza e higiene	1,500.00	0.00	984.66	984.66		984.66	515.34	515.34	0.00	65.64
020108	62217	Material de escritório	17,000.00	0.00	13,638.01	13,638.01		13,638.01	3,361.99	3,361.99	0.00	80.22
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2,500.00	0.00	104.43	104.43		104.43	2,395.57	2,395.57	0.00	4.18
020118	62216	Livros e documentação técnica	2,500.00	0.00	1,795.06	1,795.06		1,795.06	704.94	704.94	0.00	71.80
020121	622981	Outros bens	2,000.00	0.00	501.37	501.37		501.37	1,498.63	1,498.63	0.00	25.07
0202		**Aquisição de serviços**	**793,404.00**	**0.00**	**710,001.81**	**708,088.11**	**0.00**	**708,088.11**	**83,402.19**	**85,315.89**	**1,913.70**	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das Instalações	50,280.00	0.00	50,203.06	48,311.58		48,311.58	76.94	1,968.42	1,891.48	96.09
020202	62234	Limpeza e higiene	18,000.00	0.00	17,145.02	17,145.02		17,145.02	854.98	854.98	0.00	95.25
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	6,600.00	0.00	4,501.89	4,501.89		4,501.89	2,098.11	2,098.11	0.00	68.21
020204	622191	Locação de edifícios	106,500.00	0.00	105,692.40	105,692.40		105,692.40	807.60	807.60	0.00	99.24
020209	62222	Comunicações	11,000.00	0.00	6,678.78	6,656.56		6,656.56	4,321.22	4,343.44	22.22	60.51
020211	62221	Representação dos serviços	500.00	0.00	0.00	0.00		0.00	500.00	500.00	0.00	0.00
020212	62223	Seguros	2,620.00	0.00	1,370.87	1,370.87		1,370.87	1,249.13	1,249.13	0.00	52.32
020213	62227	Deslocações e estadas	11,500.00	0.00	8,475.58	8,475.58		8,475.58	3,024.42	3,024.42	0.00	73.70
020215	6483	Formação	10,000.00	0.00	6,122.00	6,122.00		6,122.00	3,878.00	3,878.00	0.00	61.22
020218	62235	Vigilância e segurança	3,500.00	0.00	2,870.10	2,870.10		2,870.10	629.90	629.90	0.00	82.00
020219	62245	Assistência técnica	111,425.00	0.00	90,821.83	90,821.83		90,821.83	20,603.17	20,603.17	0.00	81.51
020220	62236	Outros trabalhos especializados	421,894.00	0.00	377,712.48	377,712.48		377,712.48	44,181.52	44,181.52	0.00	89.53
020225	622982	Outros serviços	39,585.00	0.00	38,407.80	38,407.80		38,407.80	1,177.20	1,177.20	0.00	97.03
0306		**Juros e outros encargos**	**1,858.00**	**0.00**	**1,084.68**	**1,084.68**	**0.00**	**1,084.68**	**773.32**	**773.32**	**0.00**	
030601	68818	Outros encargos financeiros	1,858.00	0.00	1,084.68	1,084.68		1,084.68	773.32	773.32	0.00	58.38
07		**Aquisição de bens e investimento**	**235,000.00**	**0.00**	**21,662.36**	**20,862.43**	**0.00**	**20,862.43**	**213,337.64**	**214,137.57**	**799.93**	
070107	426	Material de informática	50,000.00	0.00	5,545.33	5,545.33		5,545.33	44,454.67	44,454.67	0.00	11.09
070108	426	Software informático	160,000.00	0.00	5,166.11	5,166.11		5,166.11	154,833.89	154,833.89	0.00	3.23
070109	426	Equipamento administrativo	11,100.00	0.00	10,950.92	10,150.99		10,150.99	149.08	949.01	799.93	91.45
070115	429	Outros investimentos	13,900.00	0.00	0.00	0.00		0.00	13,900.00	13,900.00	0.00	0.00
08		**Transferências de capital**	**70,281.10**	**0.00**	**70,281.10**	**70,281.10**	**0.00**	**70,281.10**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	
08060103	6911517	Despesas / Transf. Capitalização	70,281.10	0.00	70,281.10	70,281.10		70,281.10	0.00	0.00	0.00	100.00
		TOTAL	**2,408,062.10**	**0.00**	**2,066,013.76**	**2,062,924.09**	**376.04**	**2,063,300.13**	**342,048.34**	**344,761.97**	**2,713.63**	**85.68**

8 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP ("IGFCSS") foi criado através do Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro o qual aprovou os respetivos estatutos, tendo posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP.

Em 29 de maio foi publicado o Decreto-Lei 216/2007 que vem reformular a lei orgânica do IGFCSS assim como proceder à revisão dos respetivos estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Em 28 de agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei 203/2012 que vem alterar a lei orgânica do IGFCSS.

O IGFCSS, tem como missão e atribuições a gestão de fundos em regime de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais, podendo prestar a outras entidades, públicas ou privadas, serviços de gestão ou apoio técnico, decorrente da sua experiência de atividade e da informação económico financeira de que dispõe.

A sua atividade está sujeita a fiscalização pelo Tribunal de Contas.

No final de 2013 o IGFCSS tinha sob gestão, o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), o Fundo dos Certificados de Reforma (FCR), este criado no âmbito do regime público de capitalização e o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O regime público de capitalização, regulado pelo Decreto-Lei nº 26/2008, de 22 de fevereiro, constitui um mecanismo de fomento à poupança com gestão pública, visando responder às necessidades dos cidadãos no momento em que passem à condição de pensionistas ou de aposentados por velhice ou invalidez.

Trata-se de um regime de capitalização de adesão individual e voluntária. Cada aderente dispõe de uma conta à qual são afetas as respetivas contribuições, convertendo-se em certificados de reforma. Estes valores integram um fundo autónomo gerido em regime de capitalização pelo IGFCSS.

De 2007 a 2010 foram apresentadas, em separado, as Demonstrações Financeiras do FEFSS, as quais foram elaboradas tomando por base os registos contabilísticos do próprio IGFCSS.

O Fundo de Compensação do Trabalho foi criado em 14 de outubro de 2013, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º da Lei 70/2013 de 30 de agosto.

O Fundo de Compensação do Trabalho é um fundo autónomo, de capitalização individual, que visa garantir o pagamento de até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho, respondendo até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

O Fundo de Compensação do Trabalho é alimentado por entregas mensais efetuadas pelo empregador correspondentes a 0.925% do valor do vencimento base e diuturnidades dos trabalhadores abrangidos. As entregas mensais são obrigatórias, salvo opção do empregador por adesão a Mecanismo Equivalente.

Estão abrangidos pelo regime jurídico do Fundo de Compensação do Trabalho as relações de trabalho reguladas pelo Código do Trabalho após o dia 01.10.2013, salvo nas situações previstas nos números 2 a 5 do artigo 2º da referida Lei.

O relatório 29/2010 do tribunal de Contas veio clarificar a questão da separação dos patrimónios do IGFCSS e do FEFSS. Com efeito, é entendimento inequívoco daquele órgão que face ao novo enquadramento normativo (DL 216/2007 vs DL 449-A/99) deverá manter-se a apresentação de um orçamento e de uma conta autónoma relativa ao FEFSS, os quais integram, por si próprios o orçamento e a conta da Segurança Social.

De acordo com este entendimento, o Conselho Diretivo decidiu proceder à separação do orçamento e das contas do FEFSS a partir de 2011.

As operações relativas ao FCR são registadas em contas de ordem do IGFCSS, IP, à semelhança do que sucede para as sociedades gestoras em relação aos fundos por elas administrados.

Os principais indicadores do FEFSS em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	2013		2012	
	valor	%	valor	%
Reserva Estratégica [a]	**74,226,503.13**	**0.63%**	**103,530,460.11**	**0.95%**
Rendimento Fixo [b]	**7,818,199,604.86**	**66.83%**	**7,709,850,035.43**	**70.45%**
Europa ex-Reino Unido	6,627,784,884.71	56.65%	5,772,022,623.36	52.74%
EUA	923,437,236.33	7.89%	1,617,610,552.40	14.78%
Reino Unido	266,977,483.82	2.28%	320,216,859.67	2.93%
Rendimento Variável [a]	**1,825,119,802.64**	**15.60%**	**1,468,696,727.01**	**13.42%**
EUR ex-Portugal	313,831,874.36	2.68%	221,019,104.91	2.02%
Suiça	72,280,776.16	0.62%	70,670,560.47	0.65%
Reino Unido	124,325,187.11	1.06%	197,007,605.40	1.80%
Noruega	0.00	0.00%	997,800.12	0.01%
Suécia	0.00	0.00%	1,030,884.81	0.01%
EUA	1,033,862,138.49	8.84%	727,543,158.35	6.65%
Canadá	0.00	0.00%	1,006,278.61	0.01%
Japão	280,819,826.52	2.40%	248,401,475.98	2.27%
Austrália	0.00	0.00%	1,019,858.36	0.01%
Imobiliário	**169,330,600.08**	**1.45%**	**195,433,298.74**	**1.79%**
Liquidez [c]	**1,811,183,959.30**	**15.48%**	**1,465,313,462.52**	**13.39%**
Provisões e Impostos a Receber	**943,100.41**	**0.01%**	**1,370,690.56**	**0.01%**
Total	**11,699,003,570.42**	**100.00%**	**10,944,194,674.37**	**100.00%**
Por memória:				
Divida Pública Nacional [d]	6,767,829,320.98	57.85%	5,989,655,852.52	54.73%
Futuros sobre obrigações (nocional)	0.00	0.00%	72,862,440.46	0.67%
Futuros sobre acções (nocional)	0.00	0.00%	222,716,189.00	2.04%

Notas:

a) Inclui o valor nocional dos futuros e as valias potenciais de forwards

b) Inclui juros corridos e as valias potenciais de forwards

c) A percentagem correspondente a liquidez foi já deduzida dos depósitos em margens afectas à réplica de investimentos feitos através de contratos de futuros

d) As emissões de Dívida Garantida mas Não Emitida pelas Administrações Públicas, os Bilhetes do Tesouro Nacional e os CEDIC fazem parte do grupo Dívida Pública Nacional para efeitos de rácios regulamentares

Composição e índices de mercado da carteira da Tutela:

Classe de ativos	Peso	Índice
Outra Dívida Pública OCDE	62%	Composição de mercado dos índices EFFAS para os mercados do EURO, Reino Unido e Estados Unidos
Ações OCDE	38%	Composição de Mercado dos índices EuroStoxx50, FTSE100, SMI20, SP500, TOPIX
Liquidez	0%	Bilhete do Tesouro Alemão a 3 meses

Os principais indicadores do FCR – Fundo dos Certificados de Reforma para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser descritos como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Total de contribuições de exercícios anteriores deduzidas de resgates	**23,734,671.71**	**20,317,727.65**
Total de contribuições do exercício deduzidas de resgates	**2,761,087.15**	**3,416,944.06**
Numerário e depósitos bancários	1,864,928.97	1,202,892.72
Títulos negociáveis	27,520,275.56	24,628,835.18
Devedores Gerais	32,875.41	93,778.11
Acréscimos e diferimentos	(94.23)	207.84
Credores gerais	(92,413.84)	(90,777.63)
Total do património líquido	**29,325,571.87**	**25,834,936.22**
Número de unidades de participação	24,021,659.23	21,724,822.07
Valor por unidade de participação	**1.22080**	**1.18919**

Valor de Mercado (€)	Valor unitário dos Certificados de Reforma (€)				Valorização média anual [a)]			Rentabilidade	
	31-Dez-13	Médio últimos 12 meses	Médio últimos 36 meses	Médio desde o início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde o início	Rentabilidade 2013	Volatilidade Anualizada
29,325,571.73	1.22080	1.20495	1.14949	1.11489	2.75%	4.15%	3.26%	2.65%	2.54%

Os principais indicadores do FCT – Fundo de Compensação do Trabalho em 31 de dezembro de 2013 podem ser relatados como segue:

Valor de Mercado (€)	Valor unitário do Fundo de Compensação do Trabalho (€)				Valorização média anual [a)]			Rentabilidade	
	31-Dez-13	Médio últimos 12	Médio últimos 36 meses	Médio desde o início	Últimos 12 meses	Últimos 36 meses	Desde o início	Rentabilidade 2013	Volatilidade Anualizada
470,115.08	1.00036	1.00013	1.00013	1.00013	0.41%	0.41%	0.41%	0.04%	0.04%

a) Taxa interna de rentabilidade anual de entregas semanais constantes, respeitando as datas de subscrição no período indicado

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social ("POCISSSS"). As notas cuja numeração é omitida deste anexo não são aplicáveis ao IGFCSS ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

8.1 – Caracterização da entidade

8.1.1 – Identificação

Designação: Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP (IGFCSS, IP).

Número de Identificação Fiscal	504 863 797
Endereço	Avenida Fernão de Magalhães, 1862 – 3º Dtº. – Torre das Antas 4350-158 – Porto
Regime Financeiro	Autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial, com natureza de instituto público
Tutela	Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

8.1.2 – Legislação

O Decreto-Lei 449-A/99 de 4 de novembro, criou o IGFCSS, aprovou os respetivos estatutos, tendo, posteriormente, pelo Decreto-Lei 171/2004 de 17 de julho, sido aditada a sigla IP. O Decreto-Lei 216/2007, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, alterou a lei orgânica assim como os estatutos.

O Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, classifica o IGFCSS, IP como uma instituição de Segurança Social, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 94º da Lei 4/2007, de 16 de janeiro, e na alínea b) do nº 1 do artigo 48º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro.

Estatutos aprovados pela portaria 640/2007 de 30 de maio e alterados pela Portaria 1329-D/2010 de 30 de dezembro.

A atual lei orgânica do MTSS foi publicada pelo Decreto-Lei nº 126/2011 de 29 de dezembro.

Em 28 de Agosto de 2012 foi publicado o Decreto-Lei nº 203/2012 que determina a nova orgânica do IGFCSS.

8.1.3 – Estrutura organizacional efetiva

São órgãos do IGFCSS, IP:

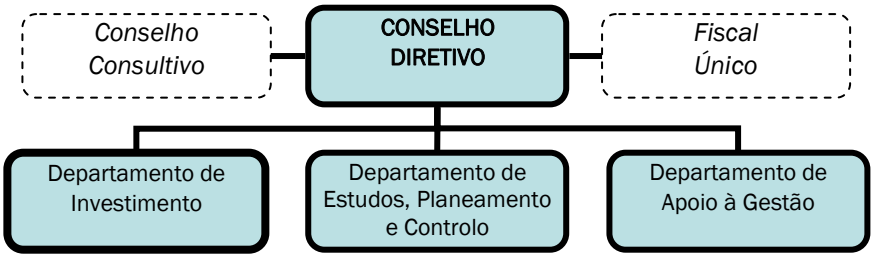
- O Conselho Diretivo, constituído por um presidente, um vice-presidente e um vogal;
- O Conselho Consultivo, constituído por dois representantes institucionais indicados, cada um deles, respetivamente, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública e ainda, por um representante de cada um dos parceiros sociais que integram a Comissão Permanente de Concertação Social e por três personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira;
- O Fiscal único.

Em 22 de março de 2010 foi solicitada a nomeação do Fiscal Único nos termos do artigo 27º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, isto é, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela, obrigatoriamente, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Pelo Despacho nº 3378/2013 de 4 de março de 2013, foi designado o fiscal único do IGFCSS, a Sociedade de Revisores de Contas Horwath & Associados, SROC, Lda, com o registo da CMVM nº 9171, representada pelo revisor oficial de contas Dra. Ana Raquel Borges Louro Esperança Sismeiro.

O IGFCSS, IP dispõe de um mapa de pessoal de 39 lugares (38 em 2012), aprovado por despacho do SESS nos termos do disposto no artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Organograma funcional do IGFCSS era como segue:



8.1.4 – Descrição sumária das atribuições e das atividades prosseguidas no exercício económico.

O IGFCSS tem por objeto a gestão de fundos de capitalização no âmbito do financiamento do sistema de segurança social do Estado e de outros sistemas previdenciais. Em 2013, teve sob sua gestão o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o Fundo dos Certificados de Reforma e o Fundo de Compensação do Trabalho.

O IGFCSS tem ainda como uma das principais atribuições a administração do regime público de capitalização, criado pelo Decreto-Lei 26/2008 de 22 de fevereiro.

Atribuições e atividades

Atribuições / Atividades
Gerir em regime de capitalização a carteira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social e de outros Fundos e as disponibilidades financeiras que lhe sejam afetas.
Administrar o regime público de capitalização, incluindo a gestão, em regime de capitalização, dos fundos e dos planos de rendas que lhe são subjacentes.
Promover o planeamento, organização, direção e controlo nas áreas de gestão das carteiras de aplicações, análise de mercado e informações estatísticas.
Administrar o património imobiliário que lhe está afeto.
Colaborar e articular-se com outras instituições do sistema de segurança social.
Negociar e contratar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações pertinentes.
Realizar as transferências necessárias para assegurar a estabilização financeira da segurança social.
Colaborar e articular-se com os serviços do setor público administrativo.

Atribuições / Atividades
Assessorar o membro do Governo responsável pela área de trabalho e da solidariedade social nas matérias relacionadas com as atribuições sobre a gestão em regime de capitalização.
Prestação a outras entidades públicas e privadas de serviços de gestão e de apoio técnico.
Gerir patrimónios autónomos suscetíveis de investimento no médio e longo prazo.

8.1.5 – Recursos Humanos

Durante o exercício de 2013, os responsáveis pelas unidades organizacionais do IGFCSS eram os seguintes:

Atribuições e atividades

Unidades organizacionais	Nome dos responsáveis
Conselho Diretivo	Manuel Pedro Baganha - Presidente Henrique Cruz – Vice-Presidente Teresa Fernandes - Vogal
Departamento de Investimento	Ana Abreu
Departamento de Apoio à Gestão	Pedro Andrade
Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo	José Vidrago

Em 31 de dezembro de 2013, o pessoal do quadro do IGFCSS pode ser analisado, como segue:

Contagem dos efectivos por grupo de pessoal segundo a relação jurídica e o sexo.

Quadros 1.1. a 1.1.5		Dirigente	Técnico / Técnico Superior	Adm / Assistente Técnico	**TOTAL**
Total de efectivos	Homens	4	12	1	17
	Mulheres	2	6	3	11
	Total	**6**	**18**	**4**	**28**
Comissão de Serviço (LVCR), Dirigentes	Homens	4			4
	Mulheres	2			2
	Total	**6**			**6**
CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado	Homens		1		1
	Mulheres			2	2
	Total		**1**	**2**	**3**
CT em Funções Públicas por tempo Indeterminado - Carreiras não Revistas	Homens		11	1	12
	Mulheres		6	1	7
	Total		**17**	**2**	**19**

Nos termos do Decreto-Lei 39/2011, de 21 de março, as carreiras nas quais se encontram integrados os trabalhadores do IGFCSS, com exceção dos trabalhadores que transitaram do quadro da função pública, continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes eram aplicáveis a 31/12/2008 e pelo Regulamento de Política de Pessoal e Tabela de Remunerações, aprovado pela tutela em 13/01/2000, tratando-se pois de carreiras subsistentes porquanto ainda não foram objeto de revisão ou de extinção.

Variação do pessoal no período:

Grupos profissionais	Efetivos a 31/12/2012	Efetivos a 31/12/2013	Variação %
Pessoal dirigente	6	6	0%
Técnicos superiores	1	1	0%
Assistente técnico	2	2	0%
Assistente operacional			
Outros - carreiras não revistas	21	19	-10%

8.1.6 – Organização contabilística:

Relativamente à organização contabilística do IGFCSS durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a mesma pode ser descrita como segue:

Aspetos principais referentes à organização contabilística	Sim	Não
Existência de um manual de procedimentos contabilísticos	*	
Todos os registos estão apoiados em documentos justificativos, datados e ordenados numericamente	*	
As operações são registadas cronologicamente	*	
Os erros ou omissões são objeto de regularização contabilística	*	
Existência de demonstrações financeiras intercalares		*
Existência de descentralização contabilística		*

O IGFCSS está sujeito, no aspeto contabilístico, à disciplina do POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, conforme previsto no Decreto – Lei 12/2002 de 25 de janeiro.

Para despesas de pequeno montante e cujo pagamento tem de ser efetuado de imediato, foram constituídos Fundos Fixos do Porto e de Lisboa com os valores de 750 Euros e 350 Euros, respetivamente. Os Fundos Fixos são reconstituídos mensalmente, com base nas despesas efetuadas, até ao limite do valor da sua constituição. Para efeitos de encerramento de contas do IGFCSS, os saldos dos Fundos Fixos são apurados para relevação contabilística dos mesmos na conta "Caixa".

Os valores das receitas provenientes das operações financeiras, relativos aos fundos geridos são depositados nos prazos habituais dos mercados financeiros (usualmente 2 ou 3 dias úteis após), pelo agente liquidador da venda, na conta bancária indicada pelo IGFCSS.

Os registos e as conferências de títulos das carteiras do FEFSS, do FCR e do FCT são feitos diariamente. Esta conferência é feita pelo Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

Como a atividade desta Instituição obriga a uma permanente utilização dos seus fundos, é efetuada a conferência dos valores disponíveis, diariamente, nas contas bancárias afetas ao FEFSS, ao FCR e ao FCT.

Esta conferência é efetuada pelos técnicos do Departamento de Estudos, Planeamento e Controlo.

As compras do material necessário ao funcionamento dos serviços, são efetuadas em pequenas quantidades, dado o pouco significativo número de colaboradores, o que facilita, quer a contagem imediata das quantidades entradas, quer ainda a verificação do equipamento de fácil manuseamento, como por exemplo, máquinas de calcular e outros artigos de escritório.

As faturas recebidas são devidamente conferidas no que respeita às quantidades, aos preços unitários e globais, aos descontos de pagamento e ainda aos respetivos impostos. Os colaboradores adstritos ao Departamento de Apoio à Gestão, exercem as mais diversas funções, pelo que, dada a diminuta quantidade de faturas recebidas, também executam o seu registo.

O colaborador que elabora as folhas de vencimentos nunca é o mesmo que as confere e aprova.

Para a guarda de cheques e dinheiro existe um cofre.

É efetuada uma conferência mensal dos registos contabilísticos. As regularizações são suportadas por notas de lançamento.

As conciliações bancárias, das contas afetas ao pagamento de despesas de funcionamento do IGFCSS, são efetuadas, mensalmente, contemplando a identificação dos cheques em trânsito.

A conferência das contas de terceiros é realizada mensalmente.

No que concerne ao material de consumo corrente, não existe inventário para as existências, uma vez que as quantidades de material adquiridas são tão pequenas que não se justifica a inventariação do stock das mesmas, sendo fácil o seu controlo.

O material de secretaria é conferido no ato de entrega.

Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/existente

O IGFCSS utiliza atualmente, para suporte da sua área de contabilidade, um software específico: o GIN. Trata-se de uma aplicação cliente/servidor que se apoia numa base de dados Oracle e que se encontra perfeitamente integrada com o software de gestão de ativos Trader, fruto da parceria celebrada entre as duas software houses, fornecedoras daqueles softwares. As duas aplicações estão instaladas em infraestruturas de suporte distintas mas correm na mesma instância de Oracle.

Importa ainda referir que os lançamentos referentes às operações do FEFSS, do FCR e do FCT são gerados pelo Trader e posteriormente, integrados no GIN por processo automático.

8.1.7 – Outra informação considerada relevante:

Para além do acima exposto, entende-se como relevante para a caracterização da entidade, a seguinte informação adicional, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Outra informação relevante	Sim	Não
Existência de fundo fixo de caixa	*	
A cobrança é depositada diariamente	Não aplicável	Não aplicável
O controlo de valores em caixa é efetuado com periodicidade diária	*	
É efetuado o controlo sistemático de faturas recebidas	*	
Há reconciliação bancária mensal	*	
As contas de terceiros são examinadas periodicamente	*	
Inventariação no final do exercício	*	

8.2. - Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1. - Indicação e justificação das disposições do POCISSSS que tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos no balanço e na demonstração de resultados

Os valores constantes das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2012 com a exceção do registo dos subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas.

Em 2013, o Instituto alterou o registo das transferências recebidas que se destinam a despesas de capital de modo a cumprir com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do sistema de Solidariedade e de Segurança Social. Assim, foi efetuado um levantamento das despesas com imobilizações corpóreas desde 1 de janeiro de 2011 tendo o correspondente montante de transferências recebido sido registado na rubrica de "Proveitos diferidos".

A transferência deste proveito para a demonstração dos resultados foi efetuada tendo por base o valor proporcional das amortizações dos ativos correspondentes.

A correção nos proveitos referentes aos anos de 2011 e 2012 foi registada na rubrica de Resultados transitados.

O impacto nas demonstrações financeiras desta alteração pode resumir-se no quadro seguinte:

Rubricas	Valor
Proveitos diferidos	19,979.46
Resultados transitados	18,574.88
Proveitos extraordinários	1,404.58

8.2.2. - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Em 2012, o IGFCSS apenas considerou na rubrica "Acréscimos de custos" a especialização de custos com férias, tal como previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2013. No exercício de 2013 o montante de subsídio de férias e respetivos encargos pago ascendeu a 77.358,85 euros.

Em 2013, tendo em conta a decisão tomada pelo Tribunal Constitucional em 5 de abril de 2013 foram especializados os custos com férias e com subsídio de férias. (Nota 8.2.39.5)

8.2.3. - Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do IGFCSS, mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social ("POCISSSS"), e são apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos, da continuidade, da especialização do exercício, da consistência, da materialidade, da prudência, do custo histórico, da não compensação e da entidade contabilística definidos no POCISSSS.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho Diretivo, na reunião de 30 de abril de 2014.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, iniciando-se o processo de amortização no mês em que o investimento ocorre, e são contabilizadas por débito na demonstração dos resultados de cada exercício.

Para o efeito, são utilizadas as taxas máximas estabelecidas no Decreto Regulamentar nº 2/90 ou na Portaria 671/2000 de 17 de abril, consoante os bens tenham sido adquiridos antes ou depois de 31 de dezembro de 2000.

As taxas de amortização praticadas mais relevantes são as seguintes:

Equipamento de transporte	12,5% a 25,0%
Equipamento administrativo	10,0% a 12,5%
Artigos e objetos de valor	-
Outras imobilizações corpóreas	10,0% a 33,3%

Os valores de artigos e objetos de valor, fundamentalmente relativos a investimento em obras de arte, não são sujeitos a depreciação tendo em consideração as suas características intrínsecas (Nota 8.2.8).

b) Acréscimos e diferimentos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Os

montantes de custos e proveitos reconhecidos e não pagos ou recebidos são reconhecidos nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios vigentes à data da operação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor à data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão integram os resultados correntes do exercício nas rubricas de Diferenças de câmbio desfavoráveis e favoráveis.

d) Impostos

De acordo com as alíneas a) e d) do número 1 do artigo 9º do Código do IRC os rendimentos do IGFCSS estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

A atividade financeira do IGFCSS, de administração e gestão de fundos está isenta de IVA (Cfr. alínea g) do nº 27 do artº 9º do CIVA).

As restantes atribuições do IGFCSS, designadamente atividades de consultadoria e de apoio técnico, quando existam, estão sujeitos e não isentas de IVA na medida em que se subsumam ao conceito de prestações de serviços constante da regra geral prevista no nº1 do artº 4º do CIVA.

Adicionalmente, o IGFCSS goza de isenção de imposto de selo de acordo com a a) do artº 6º do Código do Imposto de Selo, de IMI nos termos do artº 11º do CIMI e de IMT conforme alínea a) do artº 6º do CIMT.

e) Transferências de capital

As transferências de capital obtidas de outras entidades, foram registadas na rubrica de Proveitos diferidos, sendo reconhecido o proveito na Demonstração de Resultados de cada ano pelo montante das amortizações relativas aos bens adquiridos com recurso às referidas transferências.

Os subsídios atribuídos à Entidade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

A componente não utilizada dos subsídios recebidos no exercício para financiar despesas de capital, foi registada como proveito do exercício.

Em resumo, apresentamos os quadros abaixo com os critérios valorimétricos aplicados:

Critérios de valorimetria aplicados no exercício de 2013

Rubricas do balanço	Critérios de valorimetria aplicados	Valor de balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações corpóreas		
423 - Equipamento básico	Valor de aquisição	992.57
424 - Equipamento de transporte	Valor de aquisição	0.00
426 - Equipamento administrativo	Valor de aquisição	40,718.38
429 - Outras imobilizações corpóreas		
4291 - Artigos e objectos de valor	Valor de aquisição	19,248.75
4293 - Outras imobilizações corpóreas	Valor de aquisição	4,810.31

Critérios de valorimetria aplicados no exercício de 2012

Rubricas do balanço	Critérios de valorimetria aplicados	Valor de balanço
4 - Imobilizações		
42 - Imobilizações corpóreas		
424 - Equipamento de transporte	Valor de aquisição	0.00
426 - Equipamento administrativo	Valor de aquisição	63,450.18
429 - Outras imobilizações corpóreas		
4291 - Artigos e objectos de valor	Valor de aquisição	19,248.75
4293 - Outras imobilizações corpóreas	Valor de aquisição	6,186.73

8.2.7. - Ativo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
De imobilizações corpóreas:						
-Equipamento básico	0.00	0.00	1,003.02	0.00	0.00	1,003.02
-Equipamento de transporte	75,593.16	0.00	0.00	0.00	0.00	75,593.16
-Equipamento administrativo	1,028,029.69	0.00	10,711.44	0.00	0.00	1,038,741.13
-Artigos e objectos de valor	19,248.75	0.00	0.00	0.00	0.00	19,248.75
-Outras imobilizações corpóreas	40,226.21	0.00	348.74	0.00	0.00	40,574.95
	1,163,097.81	0.00	12,063.20	0.00	0.00	1,175,161.01

Amortizações e provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
-Equipamento básico	0.00	10.45	0.00	10.45
-Equipamento de transporte	75,593.16	0.00	0.00	75,593.16
-Equipamento administrativo	964,579.51	33,443.24	0.00	998,022.75
-Outras imobilizações corpóreas	34,039.48	1,725.16	0.00	35,764.64
	1,074,212.15	35,178.85	0.00	1,109,391.00

a) As amortizações foram calculadas de acordo com a aplicação das taxas máximas legais.
b) Nos bens adquiridos a partir de 2001 foi aplicada a portaria 671/2000 de 17 de Abril.

8.2.8. - Desagregação das rubricas do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ativo imobilizado pode ser detalhado como segue:

Ano de aquisição	Valor aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
1991	2,316.90				0.00	2,316.90	0.00
1992	1,678.17				0.00	1,678.17	0.00
1996	382.19				0.00	382.19	0.00
1999	9,289.23				0.00	9,289.23	0.00
2000	44,112.20				0.00	44,112.20	0.00
2001	29,185.58				0.00	29,185.58	0.00
2002	323,969.37				0.00	323,969.37	0.00
2003	134,768.35				0.00	115,519.60	19,248.75
2004	123,678.86				0.00	123,678.86	0.00
2005	101,989.84				105.16	101,989.84	0.00
2006	56,749.33				239.11	56,552.39	196.94
2007	47,008.73				0.00	47,008.73	0.00
2008	79,150.67				2,256.48	73,816.50	5,334.17
2009	111,381.75				9,895.33	93,914.48	17,467.28
2010	67,318.45				12,024.18	63,775.03	3,543.42
2011	16,870.65				5,622.98	14,734.41	2,136.24
2012	13,247.55				3,836.42	6,268.31	6,979.24
2013	12,063.20				1,199.22	1,199.22	10,863.98
	1,175,161.01	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**35,178.85**	**1,109,391.00**	**65,770.01**

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Viat 94-14-QC	22,204.74	2000				25.00%		22,204.74	0.00
Viat 45-73-XB	25,000.00	Mar-04				16.66%		25,000.00	0.00
Viat 51-92-ZI	28,388.42	Dez-04				12.50%		28,388.42	0.00
Artigos de conforto	189.54	1991				12.50%		189.54	0.00
Mobiliário	1,700.03	1991				12.50%		1,700.03	0.00
Selo branco	265.99	1991				25.00%		265.99	0.00
Mobiliário	1,587.12	1992				12.50%		1,587.12	0.00
Mobiliário	245.05	1996				12.50%		245.05	0.00
Equipamento administrativo	161.34	1991				100.00%		161.34	0.00
Equipamento administrativo	91.05	1992				100.00%		91.05	0.00
Equipamento administrativo	137.14	1996				100.00%		137.14	0.00
Equipamento administrativo	400.16	1999				100.00%		400.16	0.00
Central telefónica	3,342.06	1999				10.00%		3,342.06	0.00
Aparelhagem e máq.electrónicas	324.16	1999				20.00%		324.16	0.00
Máq.escrever,calc.cont.fotocopiar	2,421.91	1999				20.00%		2,421.91	0.00
Mobiliário	2,800.92	1999				12.50%		2,800.92	0.00
Não especificadas	107.19	2000				12.50%		107.19	0.00
Mobiliário	21,043.99	2000				12.50%		21,043.99	0.00
Ferramentas e utensílios	756.28	2000				25.00%		756.28	0.00
Central telefónica	14,134.34	Jun-01				12.50%		14,134.34	0.00
Outro material,aparelhos,utensílios	355.99	Ago-01				14.28%		355.99	0.00
Telefones	1,122.85	Nov-01				12.50%		1,122.85	0.00
Blocos de gavetas	334.46	Fev-01				12.50%		334.46	0.00
Secretárias	835.69	Fev-01				12.50%		835.69	0.00
Cadeiras	238.49	Fev-01				12.50%		238.49	0.00
Mesas	89.08	Nov-01				100.00%		89.08	0.00
Papeleiras	44.52	Nov-01				100.00%		44.52	0.00
Candeeiros, globos,lustres,profonier	98.44	Nov-01				100.00%		98.44	0.00
Armários	2,305.04	Jul-01				12.50%		2,305.04	0.00
Cadeiras	1,430.13	Jul-01				12.50%		1,430.13	0.00
Mesas	453.16	Jul-01				12.50%		453.16	0.00
Secretárias	565.12	Jul-01				12.50%		565.12	0.00
Calculadora	96.88	Abr-01				100.00%		96.88	0.00
Mesas	235.84	Jan-02				100.00%		235.84	0.00
Secretárias	252.65	Jan-02				12.50%		252.65	0.00
Blocos de gavetas	378.16	Jan-02				12.50%		378.16	0.00
Blocos de gavetas	194.84	Abr-02				12.50%		194.84	0.00
Outro mobiliário	99.01	Fev-02				100.00%		99.01	0.00
Armários	5,753.46	Abr-03				12.50%		5,753.46	0.00
Blocos de gavetas	1,808.58	Mai-03				12.50%		1,808.58	0.00
Blocos de gavetas	319.16	Jul-03				12.50%		319.16	0.00
Blocos de gavetas	440.30	Ago-03				12.50%		440.30	0.00
Cadeiras	9,624.14	Mai-03				12.50%		9,624.14	0.00
Cadeiras	10,187.29	Jul-03				12.50%		10,187.29	0.00
Cadeiras	919.08	Ago-03				12.50%		919.08	0.00
Estantes	1,193.49	Ago-03				12.50%		1,193.49	0.00
Mesas	6,412.31	Mai-03				12.50%		6,412.31	0.00
Mesas	7,506.38	Jul-03				12.50%		7,506.38	0.00
Mesas	141.37	Ago-03				12.50%		141.37	0.00
Secretárias	5,616.39	Mai-03				12.50%		5,616.39	0.00
Secretárias	5,147.19	Jul-03				12.50%		5,147.19	0.00
Secretárias	877.69	Dez-03				12.50%		877.69	0.00
Sofás	2,208.64	Mai-03				12.50%		2,208.64	0.00
Sofás	1,766.91	Jul-03				12.50%		1,766.91	0.00
Sofás	1,142.40	Out-03				12.50%		1,142.40	0.00
Outro equip. e material escritório	1,877.15	Abr-03				12.50%		1,877.15	0.00
Fotocopiadores	2,441.88	Set-03				20.00%		2,441.88	0.00
Fax	793.00	Out-03				20.00%		793.00	0.00
Fotocopiadores	4,157.98	Dez-04				20.00%		4,157.98	0.00
Computadores	1,543.13	Dez-01				25.00%		1,543.13	0.00
Router	5,087.84	Mai-01				25.00%		5,087.84	0.00
Outro equipamento informático	450.42	Mar-01				25.00%		450.42	0.00
Unidades centrais de processamento	10,585.05	Out-02				25.00%		10,585.05	0.00
A transportar	222,433.01				0.00		0.00	222,433.01	0.00

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	222,433.01				0.00		0.00	222,433.01	0.00
Equipamento de Switching	3,034.70	Nov-02				25.00%		3,034.70	0.00
Outro equipamento informático	590.06	Out-02				25.00%		590.06	0.00
Software de aplicação	258,968.34	Out-02				33.33%		258,968.34	0.00
Software de aplicação	49,630.72	Dez-02				33.33%		49,630.72	0.00
Monitores	571.20	Jun-03				25.00%		571.20	0.00
Scanners	230.00	Set-03				25.00%		230.00	0.00
Outro equipamento informático	517.59	Mai-03				25.00%		517.59	0.00
Software de aplicação	32,646.46	Abr-03				33.33%		32,646.46	0.00
Software de aplicação	4,284.00	Dez-03				33.33%		4,284.00	0.00
Computadores	5,930.96	Jul-04				25.00%		5,930.96	0.00
Computadores	1,475.60	Nov-04				25.00%		1,475.60	0.00
Computadores	1,486.31	Dez-04				25.00%		1,486.31	0.00
Equipamento de rede	5,698.37	Jun-04				25.00%		5,698.37	0.00
Impressoras	85.00	Set-04				25.00%		85.00	0.00
Outro equipamento informático	410.49	Fev-04				25.00%		410.49	0.00
Outro equipamento informático	388.62	Mai-04				25.00%		388.62	0.00
Outros softwares	7,140.00	Abr-04				33.33%		7,140.00	0.00
Outros softwares	714.00	Ago-04				33.33%		714.00	0.00
Outros softwares	14,660.80	Ago-04				33.33%		14,660.80	0.00
Outros softwares	1,135.26	Set-04				33.33%		1,135.26	0.00
Outros softwares	13,994.40	Out-04				33.33%		13,994.40	0.00
Outros softwares	13,012.65	Dez-04				33.33%		13,012.65	0.00
Bastidores	4,236.21	Dez-05				25.00%		4,236.21	0.00
Computadores	1,512.50	Set-05				25.00%		1,512.50	0.00
Computadores	890.00	Out-05				25.00%		890.00	0.00
Unidades centrais de processamento	3,194.02	Out-05				25.00%		3,194.02	0.00
Unidades centrais de processamento	8,367.15	Nov-05				25.00%		8,367.15	0.00
Equipamento de rede	4,013.64	Nov-05				25.00%		4,013.64	0.00
Equipamento de Switching	6,000.39	Out-05				25.00%		6,000.39	0.00
Unidades de Banda	19,893.65	Nov-05				25.00%		19,893.65	0.00
Unidades de Disco	6,047.58	Nov-05				25.00%		6,047.58	0.00
Software de aplicação	10,164.00	Nov-05				33.33%		10,164.00	0.00
Software de aplicação	4,356.00	Dez-05				33.33%		4,356.00	0.00
Equipamento de Switching	1,442.11	Jun-05				25.00%		1,442.11	0.00
Software de gestão de rede	1,332.44	Mai-05				33.33%		1,332.44	0.00
Outros softwares	7,140.00	Abr-05				33.33%		7,140.00	0.00
Outros softwares	1,502.68	Jun-05				33.33%		1,502.68	0.00
Outros periféricos	1,680.01	Ago-05				25.00%		1,680.01	0.00
Outros softwares	1,413.45	Set-05				33.33%		1,413.45	0.00
Unidades centrais de processamento	2,870.83	Dez-05				25.00%		2,870.83	0.00
Blocos de gavetas	187.28	Jun-05				12.50%	9.75	187.28	0.00
Blocos de gavetas	190.43	Ago-05				12.50%	13.91	190.43	0.00
Cadeiras	550.23	Jun-05				12.50%	28.65	550.23	0.00
Secretarias	537.31	Jun-05				12.50%	28.01	537.31	0.00
Secretarias	238.18	Nov-05				12.50%	24.83	238.18	0.00
Outro mobiliário	78.18	Ago-05				100.00%		78.18	0.00
Papeleiras	19.93	Ago-05				100.00%		19.93	0.00
Outro mat., aparelhos, ut e inst.	14,131.64	Nov-05				14.28%		14,131.64	0.00
Telefones	705.19	Mai-03				12.50%		705.19	0.00
Outro material,aparelhos,utensílios	9,384.34	Abr-03				14.28%		9,384.34	0.00
Outros artigos e utensílios	175.00	Nov-03				12.50%		175.00	0.00
Equipamento frigorifico refrigeração	239.01	Out-03				14.28%		239.01	0.00
Máquinas e aparelhos de cozinha	590.00	Out-03				12.50%		590.00	0.00
Unidades centrais de processamento	4,541.13	Jun-06				25.00%		4,541.13	0.00
Computadores	1,089.00	Jun-06				25.00%		1,089.00	0.00
Computadores	7,744.00	Out-06				25.00%		7,744.00	0.00
Computadores	968.00	Dez-06				25.00%		968.00	0.00
Equipamento de rede	477.95	Abr-06				25.00%		477.95	0.00
Equipamento de Switching	4,294.05	Abr-06				25.00%		4,294.05	0.00
Impressoras	1,002.91	Abr-06				100.00%		1,002.91	0.00
Impressoras	603.73	Mai-06				25.00%		603.73	0.00
A transportar	772,842.69				0.00		105.15	772,842.69	0.00

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	772,842.69				0.00		105.15	772,842.69	0.00
Impressoras	768.35	Set-06				25.00%		768.35	0.00
Monitores	281.93	Jun-06				25.00%		281.93	0.00
Monitores	242.00	Jul-06				100.00%		242.00	0.00
Monitores	2,807.20	Out-06				25.00%		2,807.20	0.00
Monitores	350.90	Dez-06				25.00%		350.90	0.00
PC portáteis	10,886.37	Nov-06				25.00%		10,886.37	0.00
Unidades de controlo	8,024.48	Ago-06				25.00%		8,024.48	0.00
Unidades de controlo	968.00	Jul-07				33.33%		968.00	0.00
Outro equipamento informático	160.93	Abr-06				100.00%		160.93	0.00
Sistemas operativos	2,133.87	Fev-06				33.33%		2,133.87	0.00
Sistemas operativos	1,388.79	Jun-06				33.33%		1,388.79	0.00
Sistemas operativos	694.39	Nov-06				33.33%		694.39	0.00
Equipamento de rede	729.18	Mar-06				33.33%		729.18	0.00
Software de aplicação	1,339.45	Out-06				33.33%		1,339.45	0.00
Equipamento de rede	508.20	Nov-06				33.33%		508.20	0.00
Software de gestão de rede	83.76	Mar-06				100.00%		83.76	0.00
Armários	1,675.85	Dez-06				12.50%	209.48	1,483.82	192.03
Secretárias	237.00	Mar-06				12.50%	29.63	232.09	4.91
Outras máquinas e aparelhos	914.76	Jul-06				20.00%		914.76	0.00
Outro equipamento de utilização específica	1,833.15	Ago-06				25.00%		1,833.15	0.00
Computadores	8,712.00	Abr-07				25.00%		8,712.00	0.00
Computadores	3,085.50	Ago-07				25.00%		3,085.50	0.00
Unidades centrais de processamento	15,651.35	Dez-07				25.00%		15,651.35	0.00
Unidades de Disco	1,306.80	Dez-07				25.00%		1,306.80	0.00
Monitores	344.00	Jan-07				25.00%		344.00	0.00
Monitores	1,940.36	Abr-07				25.00%		1,940.36	0.00
Monitores	820.38	Ago-07				25.00%		820.38	0.00
PC portáteis	7,757.92	Dez-07				25.00%		7,757.92	0.00
Outro equipamento informático	1,885.18	Jun-07				25.00%		1,885.18	0.00
Sistemas operativos	1,920.27	Jan-07				33.33%		1,920.27	0.00
Sistemas operativos	3,335.97	Mar-07				33.33%		3,335.97	0.00
Máquinas e aparelhos de cozinha	249.00	Jun-07				100.00%		249.00	0.00
Bastidores	6,843.60	Dez-08				12.50%	855.45	4,348.54	2,495.06
Computadores	8,712.00	Fev-08				25.00%		8,712.00	0.00
Equipamento de Switching	7,506.98	Dez-08				25.00%		7,506.98	0.00
Impressoras	483.75	Mar-08				25.00%		483.75	0.00
Impressoras	525.14	Abr-08				25.00%		525.14	0.00
Impressoras	195.00	Mai-08				100.00%		195.00	0.00
Monitores	1,936.00	Fev-08				25.00%		1,936.00	0.00
Monitores	955.20	Set-08				25.00%		955.20	0.00
Monitores	199.99	Nov-08				100.00%		199.99	0.00
PC portáteis	1,563.60	Set-08				25.00%		1,563.60	0.00
Projector de imagem de ecrã	670.00	Jul-08				25.00%		670.00	0.00
Unidades centrais de processamento	14,436.24	Dez-08				25.00%		14,436.24	0.00
Unidade de disco	2,080.00	Mai-08				25.00%		2,080.00	0.00
Sistemas operativos	4,749.49	Mar-08				33.33%		4,749.49	0.00
Software de aplicação	8,470.00	Jun-08				33.33%		8,470.00	0.00
Software de aplicação	7,200.00	Dez-08				33.33%		7,200.00	0.00
Software de rede	1,476.00	Ago-08				33.33%		1,476.00	0.00
Blocos de gavetas	584.64	Dez-08				12.50%	73.08	371.49	213.15
Cadeiras	2,279.64	Mar-08				12.50%	284.96	1,662.26	617.38
Divisórias amovíveis	449.34	Out-08				12.50%	56.17	294.89	154.45
Mesas	298.87	Mar-08				12.50%	37.36	217.93	80.94
Secretárias	4,678.83	Mar-08				12.50%	584.85	3,411.63	1,267.20
Secretárias	586.46	Dez-08				12.50%	73.31	372.66	213.80
Outro mobiliário	229.90	Mar-08				100.00%		229.90	0.00
Televisores	2,040.00	Jan-08				14.28%	291.31	1,747.86	292.14
Bastidores	1,339.20	Jun-09				12.50%	167.40	767.25	571.95
Computadores	16,954.53	Abr-09				25.00%	1,059.66	16,954.53	0.00
Unidades centrais de processamento	5,261.25	Abr-09				25.00%	328.83	5,261.25	0.00
Impressoras	1,155.60	Mar-09				25.00%	48.15	1,155.60	0.00
A transportar	959,741.23				0.00		4,204.79	953,638.22	6,103.01

Elemento	Valor aquisição	Data aquisição	Alienações	Transferências	Abates	Taxa de amortização	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Transporte	959,741.23				0.00		4,204.79	953,638.22	6,103.01
Monitores	1,093.03	Ago-09				25.00%	159.39	1,093.03	0.00
PC portáteis	6,851.82	Dez-09				25.00%	1,570.21	6,851.82	0.00
Router	17,580.42	Mai-09				25.00%	1,465.03	17,580.42	0.00
Sistemas operativos	1,446.96	Fev-09				33.33%		1,446.96	0.00
Software de aplicação	5,011.68	Mar-09				33.33%		5,011.68	0.00
Software de aplicação	11,532.00	Abr-09				33.33%		11,532.00	0.00
Software de aplicação	528.00	Dez-09				33.33%		528.00	0.00
Software de comunicações	3,913.92	Abr-09				33.33%		3,913.92	0.00
Armários	1,053.60	Out-09				12.50%	131.70	559.73	493.87
Cofres	381.60	Dez-09				12.50%	47.70	194.78	186.82
Estantes	3,555.24	Jul-09				12.50%	444.41	1,999.83	1,555.41
Estantes	15,598.81	Out-09				12.50%	1,949.85	8,286.86	7,311.95
Estantes	5,378.04	Dez-09				12.50%	672.26	2,745.06	2,632.98
Blocos de gavetas	215.38	Jan-09				12.50%	26.92	134.61	80.77
Secretárias	226.10	Jan-09				12.50%	28.26	141.31	84.79
Outras máquinas e aparelhos	1,932.97	Dez-09				20.00%	386.59	1,578.58	354.39
Aparelhos de ar condicionado	6,784.80	Jun-09				12.50%	848.10	3,887.13	2,897.67
Aparelhos de ar condicionado	2,086.80	Dez-09				12.50%	260.85	1,065.14	1,021.66
Dispositivos de sinalização	1,500.00	Dez-09				20.00%	300.00	1,225.00	275.00
Bastidores	2,542.56	Mai-10				12.50%	317.82	1,165.34	1,377.22
Computadores	4,757.20	Dez-10				25.00%	1,189.30	3,667.01	1,090.19
Monitores	1,002.40	Dez-10				25.00%	250.60	772.68	229.72
Impressoras	3,724.80	Fev-10				25.00%	931.20	3,647.20	77.60
Impressoras	3,689.82	Nov-10				25.00%	922.46	2,921.12	768.70
Software de comunicações	29,577.12	Jun-10				33.33%	4,110.48	29,577.12	0.00
Software de rede	13,276.43	Set-10				33.33%	2,951.35	13,276.43	0.00
Outros softwares	900.00	Fev-10				33.33%	25.09	900.00	0.00
Outros softwares	3,312.00	Mai-10				33.33%	368.29	3,312.00	0.00
Outros softwares	4,307.60	Set-10				33.33%	957.58	4,307.60	0.00
Outros softwares	228.52	Dez-10				100.00%		228.52	0.00
Software de gestão de rede	3,279.88	Dez-11				33.33%	1,093.18	2,277.46	1,002.42
Sistemas operativos	1,058.12	Abr-11				33.33%	352.67	969.84	88.28
Software de base	12,532.65	Abr-11				33.33%	4,177.13	11,487.11	1,045.54
Unidades de disco	6,034.97	Out-12				25.00%	1,508.74	1,885.93	4,149.04
Sistemas operativos	908.58	Abr-12				33.33%	302.83	529.95	378.63
Software de base	2,316.48	Jun-12				33.33%	772.08	1,222.46	1,094.02
Outros softwares	3,758.69	Fev-12				33.33%	1,252.77	2,401.14	1,357.55
Outros softwares	228.83	Mar-12				100.00%		228.83	0.00
Computadores	4,582.68	Dez-13				25.00%	95.47	95.47	4,487.21
Monitores	962.65	Dez-13				25.00%	20.06	20.06	942.59
Sistemas operativos	1,581.25	Mai-13				33.33%	351.35	351.35	1,229.90
Outros softwares	3,584.86	Jun-13				33.33%	696.99	696.99	2,887.87
Equipamento frigorifico refrigeração	348.74	Jul-13				14.28%	24.90	24.90	323.84
Selos brancos e sinetas	1,003.02	Dez-13				12.50%	10.45	10.45	992.57
Quadro de Paulo Neves	2,100.00	Jul-03							2,100.00
Quadro de Alfredo Coelho	3,403.40	Jul-03							3,403.40
Quadro de Costa Leite	1,285.20	Jul-03							1,285.20
Quadro de Vasco Torres	3,534.30	Jul-03							3,534.30
Serigrafia de Resende	803.25	Jul-03							803.25
Serigrafia de Paulo Neves	642.60	Jul-03							642.60
Quadro de Francisco Geraldo	5,085.00	Dez-03							5,085.00
Cómoda de D.João V	1,500.00	Set-03							1,500.00
Travessa de porcelana da China	895.00	Set-03							895.00
Total	**1,175,161.01**		**0.00**	**0.00**	**0.00**		**35,178.85**	**1,109,391.00**	**65,770.01**

8.2.31. – Movimento ocorrido no exercício nas contas de provisões.

Provisões acumuladas

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	46,000.00	61,047.35	0.00	107,047.35

Na sequência do relatório nº 29/2010 do Tribunal de Contas (processo nº 05/2009 – Audit), bem como do parecer nº 7/2012 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, o Conselho Diretivo do IGFCSS decidiu proceder à suspensão de algumas componentes remuneratórias que vinham sendo abonadas aos trabalhadores bem como solicitar a reposição de valores pagos indevidamente no passado.

Tendo em conta a interposição de processos judiciais pela maioria dos colaboradores, o Conselho Diretivo decidiu, em 2012, pela constituição de provisão para fazer face a uma eventual decisão desfavorável, que leve à necessidade de proceder ao pagamento dos valores não pagos. Em 2013 reforça-se essa provisão em31.047,35 euros.

Na sequência de interposição de recurso à sentença proferida a 7 de março de 2013 pelo Tribunal de Trabalho de Cascais no âmbito de um processo que opõe uma colaboradora ao Instituto, o referido Tribunal instou o IGFCSS a prestar caução no valor de 60.000 euros. Nas contas referentes ao ano de 2012 o Conselho Diretivo havia decidido provisionar, no âmbito deste processo, 30.000 euros. Face à decisão do tribunal entendeu-se reforçar a provisão em 30.000 euros, para um total de 60.000 euros. (Nota 8.2.39.1)

8.2.32. – Movimento ocorrido no exercício nos Fundos Próprios do IGFCSS.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Fundos Próprios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 podem ser analisados como segue:

Movimentos ocorridos no exercício Fundo patrimonial (contas)	Saldo inicial	Movimentos do exercício		Saldo final	Observações
		Variação	Transferências		
577 - Reservas decorrentes da transferência de ativos					
5772 - De imobilizações corpóreas	203,351.05			203,351.05	
5778 - De outros ativos	185,712.14			185,712.14	
59 - Resultados transitados					
592 - Regularizações de grande significado		-18,574.88		-18,574.88	a)
599 - Resultados transitados - Outros	-241,901.71		240,314.15	-1,587.56	
Resultado líquido do exercício	240,314.15	149,590.46	-240,314.15	149,590.46	
Total	387,475.63	131,015.58	0.00	518,491.21	

a) Correção dos movimentos das transferências de capital decorrente da aplicação do Príncipio da especialização dos exercícios

8.2.35. - Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços por mercados.

O valor das vendas e prestações serviços pode ser decomposto como segue:

Código das contas	Designação	Mercado Interno	
		31-12-2013	31-12-2012
712	Prestações de serviços FCR	81,122.55	69,174.89
		81,122.55	69,174.89

8.2.37. - Demonstração dos resultados financeiros.

As demonstrações dos resultados financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser detalhadas como segue:

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	Exercícios		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
681	Juros suportados	0.00	0.00	781	Juros Obtidos	6,635.91	6,306.78
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	1,602.79	0.00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0.00	0.00
688	Outros custos e perdas financeiras	1,084.68	1,478.65	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0.00	0.00
	Resultados Financeiros	3,948.44	4,828.13				
		6,635.91	6,306.78			6,635.91	6,306.78

O valor inscrito na rubrica “Juros obtidos” refere-se a juros provenientes dos depósitos à ordem.

A rubrica “Outros custos e perdas financeiras”representa os encargos com serviços bancários.

8.2.38. - Demonstração dos resultados extraordinários.

As demonstrações dos resultados extraordinários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser detalhadas como segue:

Código das contas	CUSTOS E PERDAS	Exercícios		Código das contas	PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
		2013	2012			2013	2012
691	Transferências de capital concedidas	70,281.10	40,828.18	791	Restituição de impostos	0.00	0.00
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0.00	2,320.06	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	0.00	0.00
698	Outros custos e perdas extraordinários	0.00	46.25	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	233,595.42	81,250.00
	Resultados extraordinários	163,314.32	38,055.51				
		81,250.00	203,617.90			233,595.42	81,250.00

O valor registado na rubrica “Transferências de capital concedidas” corresponde à transferência de parte do saldo orçamental apurado a 31 de dezembro de 2012 para o FEFSS (Nota 8.3.4.2). O IGFCSS, em 2012, devolveu o saldo orçamental apurado a 31 de dezembro de 2011 ao FEFSS.

O montante de 2.320,06 Euros inscrito na conta 697 – Correções relativas a exercícios anteriores em 2012 resulta da diferença o valor estimado para encargos com férias e o valor pago.

O valor inscrito na rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS, da componente receitas de capital com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.5), reflectindo o impacto da aplicação do princípio da especialização dos exercícios no que respeita ao valor das despesas de capital incorridas no exercício.

8.2.39. - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 – Dívidas de Terceiros – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2013	2012
24	**Estado e outros entes públicos**		
2453	Segurança Social	2,622.24	2,622.24
26	**Outros devedores**		
2621	Remunerações a pagar aos órgãos diretivos	24.62	
2689952	Depósitos de garantia	60,000.00	
	Total	62,646.86	2,622.24

8.2.39.2 – Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2013	2012
1211	Depósitos à Ordem	567,821.17	347,954.46
11	Caixa	1,491.95	1,326.64
	Total	**569,313.12**	**349,281.10**

O valor do saldo de Depósitos à ordem e caixa, correspondente ao saldo de gerência em 31 de Dezembro de 2013 deverá, de acordo com o nº 3 do artigo 11º do Decreto Lei nº 203/2012, de 28 de Agosto, transitar para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social ("FEFSS"). Tendo em consideração o previsto no nº 3 do artigo 48º da Lei 91/2001, de 20 de Agosto, republicada pela Lei 52/2011, de 13 de Outubro, a utilização do saldo de gerência carece de despacho conjunto dos Ministros responsáveis pelas áreas das Finanças e da Segurança Social, o qual não tinha ocorrido à data de 31 de Dezembro de 2013, razão pela qual não foi registado qualquer passivo para fazer face a uma eventual transferência para o FEFSS daquele montante. O saldo de 31 de Dezembro

de 2012, foi parcialmente devolvido ao FEFSS (70.281,10 Euros) durante o exercício de 2013 de acordo com o Despacho nº 274-B/2013/SESSSS. (Nota 8.3.4.2).

8. 2. 39.3 – Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2013		2012	
		Saldo	Total	Saldo	Total
2711	**Juros a receber**				
27111	Juros a receber D/O		0.00	217.46	217.46
2719	**Outros acréscimos de proveitos**	80,643.19	80,643.19	52,558.65	52,558.65
271	**Acréscimos de proveitos**		**80,643.19**		**52,776.11**
272	**Custos diferidos**				
2721	Seguros	47.23		916.78	
2722	Rendas adiantadas	7,852.00		11,674.80	
2729	Outros custos diferidos	17,673.27	25,572.50	17,556.77	30,148.35
272	**Custos diferidos**		**25,572.50**		**30,148.35**

O valor inscrito na rubrica "Outros acréscimos de proveitos" corresponde á estimativa da comissão de gestão do FCR a receber em abril de 2014.

Na rubrica "Outros custos diferidos" estão principalmente registados pagamentos efetuados no exercício, relativos a custos do ano seguinte relativos a serviços de informação financeira.

8.2.39.4 – Dividas a terceiros – Curto prazo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2013	2012
22	**Fornecedores**		
221	Fornecedores, c/c	2,564.12	376.04
24	**Estado e outros entes públicos**		
242	Retenção impostos s/ rendimento	0.00	215.00
	Total	2,564.12	591.04

8.2.39.5 – Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estas rubricas podem ser detalhadas como segue:

Contas	Designação	2013		2012	
		Saldo	Total	Saldo	Total
273	**Outros acréscimos de custos**				
2732	Remunerações a liquidar	155,863.54	155,863.54	89,646.79	89,646.79
273	**Acréscimos de custos**		**155,863.54**		**89,646.79**
274	**Proveitos diferidos**				
2745	Subsídios para investimento	19,979.46	19,979.46		0.00
273	**Acréscimos de custos**		**19,979.46**		**0.00**

A diferença apresentada na rubrica "Acréscimos de custos" corresponde ao valor do subsídio de férias, tendo em conta a decisão tomada pelo Tribunal Constitucional em 5 de abril de 2013. (Nota 8.2.2)

8.2.39.6 – Remunerações órgãos sociais

Foram atribuídas, no decorrer do exercício de 2013, aos membros dos órgãos sociais, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções:

Conselho Diretivo:
Presidente: 75.628,52€
Vice-Presidente: 69.188,47€
Vogal: 64.712.24€

Fiscal Único:
Horwath & Associados, SROC, Lda: 11.367,91€

Em 2012 tinham sido atribuídas as seguintes remunerações:
Conselho Diretivo:
Presidente: 68.633,36€
Vice-Presidente: 62.810,46€
Vogal: 58.542,40€

8.2.39.7 – Transferências correntes obtidas

Código das contas	Designação	Outros custos e perdas operacionais	
		31-12-2013	31-12-2012
742	Transferências correntes obtidas	2,045,781.00	2,100,522.82

O valor inscrito na rubrica "Transferências correntes obtidas" refere-se às transferências, do FEFSS para o IGFCSS, da componente receitas correntes com suporte no Orçamento da Segurança Social (Nota 8.3.4.4).

8.2.39.8 – Declarações relativas ao nº 3 do artº 15º da Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro

1. **Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2013**

Ano	Montante
(1)	(2)
2014	530,548.69
2015	453,733.02
2016	141,598.89
2017	0.00
Seguintes	0.00

2. **Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2013**

Não existem pagamentos em atraso.

3. **Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2013**

Não existem recebimentos em atraso.

8.3. - Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.3.1. - Alterações orçamentais:

4. **Despesa:**

Classificação económica			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas	Observações (10)
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redacção da rubrica (7)		9=3+4-5+6±7+8	
				Reforços (4)	Anulações (5)					
		DESPESA / IGFCSS								
0101		**Remunerações certas e permanentes**	**985,914.00**	**81,100.00**	**41,000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1,026,014.00**	
010102	6411	Orgãos sociais	133,349.00	16,200.00	0.00				149,549.00	
010103	6421111/64229	Pessoal dos quadros - FP	524,614.00	4,000.00	0.00				528,614.00	
010111	6421111/64229	Representação	89,332.00	2,900.00	0.00				92,232.00	
010112	64134/642281	Suplementos e prémios	118,864.00	0.00	41,000.00				77,864.00	
010113	642285	Subsídio de refeição	49,755.00	0.00	0.00				49,755.00	
010114	64131/642241	Subsídio de férias e de Natal	70,000.00	58,000.00	0.00				128,000.00	
0102		**Abonos variáveis ou eventuais**	**10,000.00**	**0.00**	**3,000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**7,000.00**	
010204	64232/64225	Ajudas de custo	4,345.00	0.00	0.00				4,345.00	
010214	642283/64141	Outros abonos numerário ou espécie	5,655.00	0.00	3,000.00				2,655.00	
0103		**Segurança social**	**203,625.00**	**39,560.00**	**30.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**243,155.00**	
01030101	6451	Encargos com a saúde - ADSE	19,363.00	3,000.00	0.00				22,363.00	
01030501	6452	Contribuições para a CGA	859.00	36,100.00	30.00				36,929.00	
01030502	6453	Contribuições para a Segurança Social	176,263.00	0.00	0.00				176,263.00	
01030503	6458	Outras	6,680.00	460.00	0.00				7,140.00	
010309	646	Seguros	460.00	0.00	0.00				460.00	
		A transportar	**1,199,539.00**	**120,660.00**	**44,030.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1,276,169.00**	

Classificação económica			Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações corrigidas	Observações (10)
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (6)	Modificações na redacção da rubrica (7)		9=3+4-5+6±7+8	
				Reforços (4)	Anulações (5)					
		Transporte	**1,199,539.00**	**120,660.00**	**44,030.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1,276,169.00**	
0201		**Aquisição de bens**	**26,000.00**	**5,350.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**31,350.00**	
020102	62212	Combustíveis e lubrificantes	5,500.00	350.00	0.00				5,850.00	
020104	62234	Limpeza e higiene	1,500.00	0.00	0.00				1,500.00	
020108	62217	Material de escritório	12,000.00	5,000.00	0.00				17,000.00	
020117	62215	Ferramentas e utensílios	2,500.00	0.00	0.00				2,500.00	
020118	62216	Livros e documentação técnica	2,500.00	0.00	0.00				2,500.00	
020121	622981	Outros bens	2,000.00	0.00	0.00				2,000.00	
0202		**Aquisição de serviços**	**792,254.00**	**66,750.00**	**65,600.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**793,404.00**	
020201	62211/62213/6229821111	Encargos das Instalações	42,280.00	8,000.00	0.00				50,280.00	
020202	62234	Limpeza e higiene	20,000.00	2,000.00	4,000.00				18,000.00	
02020302	62232	Conservação de bens - Outras Entidades	10,600.00	0.00	4,000.00				6,600.00	
020204	622191	Locação de edifícios	143,000.00	0.00	36,500.00				106,500.00	
020209	62222	Comunicações	11,000.00	0.00	0.00				11,000.00	
020211	62221	Representação dos serviços	500.00	0.00	0.00				500.00	
020212	62223	Seguros	2,520.00	100.00	0.00				2,620.00	
020213	62227	Deslocações e estadas	10,000.00	1,500.00	0.00				11,500.00	
020215	6483	Formação	10,000.00	0.00	0.00				10,000.00	
020218	62235	Vigilância e segurança	3,500.00	0.00	0.00				3,500.00	
020219	62245	Assistência técnica	112,525.00	0.00	1,100.00				111,425.00	
020220	62236	Outros trabalhos especializados	423,744.00	18,150.00	20,000.00				421,894.00	
020225	622982	Outros serviços	2,585.00	37,000.00	0.00				39,585.00	
0306		**Juros e outros encargos**	**564,988.00**	**0.00**	**563,130.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**1,858.00**	
030601	68818	Outros encargos financeiros	564,988.00	0.00	563,130.00				1,858.00	
07		**Aquisição de bens e investimento**	**235,000.00**	**1,100.00**	**1,100.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**235,000.00**	
070107	426	Material de informática	50,000.00	0.00	0.00				50,000.00	
070108	426	Softw are informático	160,000.00	0.00	0.00				160,000.00	
070109	426	Equipamento administrativo	10,000.00	1,100.00	0.00				11,100.00	
070115	429	Outros investimentos	15,000.00	0.00	1,100.00				13,900.00	
08		**Transferências de capital**	**0.00**	**70,281.10**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**70,281.10**	
08060103	6911517	Despesas / Transf. Capitalização	0.00	70,281.10	0.00				70,281.10	
12		Outras despesas de capital							0.00	
		TOTAL	**2,817,781.00**	**264,141.10**	**673,860.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**2,408,062.10**	

5. Receita:

Classificação económica			Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações (8)
Código (1)	POCISSSS	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)	7=3+4+5-6	
		RECEITAS / IGFCSS						
05		**Rendimentos de propriedade**	**3,000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**3,000.00**	
0502	781	Juros-Sociedades financeiras	3,000.00		0.00	0.00	3,000.00	
06		**Transferências correntes**	**2,525,781.00**	**0.00**	**0.00**	**480,000.00**	**2,045,781.00**	
06060105	742132118	Outras Instituições da Segurança social	2,525,781.00		0.00	480,000.00	2,045,781.00	
07		**Vendas de bens e serviços correntes**	**54,000.00**	**0.00**	**0.00**	**1,000.00**	**53,000.00**	
0702	712	Serviços	54,000.00		0.00	1,000.00	53,000.00	
10		**Transferências**	**235,000.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**235,000.00**	
10060103	798311628	Segurança Social	235,000.00		0.00	0.00	235,000.00	
15		**Reposições não abatidas aos pagamentos**	**0.00**	**0.00**	**1,000.00**	**0.00**	**1,000.00**	
150101	6421111	Reposições não abatidas aos pagamentos	0.00		1,000.00	0.00	1,000.00	
16		Outras receitas de capital	0.00		349,066.10	0.00	349,066.10	
		Total	**2,817,781.00**	**0.00**	**350,066.10**	**481,000.00**	**2,686,847.10**	

8.3.2. - Contratação Administrativa:

1. Situação dos contratos:

ENTIDADE	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES
	OBJECTO	DATA	VALOR	NÚMERO DO REGISTO	DATA		TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	
1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)	11)	12)	13)	14)
Bloomberg	Prestação informação rel.c/ mercados monetário e de capitais	03-04-2012	715,241.31	655/2012	2012.05.24	15-05-2012	346,494.44						
BAS - Sociedade de Advogados, R.L.	Serviços de Advocacia e custas judiciais	31-12-2012	2,478.60			31-12-2012	1,652.40						
AMF - Petrolima, Lda.	Substituição do vidro e calibragem das rodas do veículo: 51-92-ZI	28-02-2013	903.91			04-03-2013	903.91						
CPC IS - Cª. Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, S.A.	Assistência técnica ao cluster Oracle - Pólo Técnico	02-04-2013	3,272.54			24-04-2013	3,272.54						
CPC IS - Cª. Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, S.A.	Aquisição de Consumíveis - Xerox Acordo Quadro	15-02-2013	4,075.86			26-06-2013	4,075.86						
Paulo S. Conde, Lda.	Aquisição de Consumíveis - HP Acordo Quadro	21-02-2013	5,166.52			26-06-2013	5,166.52						
Worldpay AP Limited	Reforço do saldo VOIP	08-03-2013	58.31			12-03-2013	58.31						
APFIIP - Ass. Port. Fundos Investimento Pensões e Património	Medidas de Rendibilidade e Risco	01-01-2013	457.56			04-03-2013	457.56						
CIL - Centro de Informática, S.A.	Manutenção dos servidores da marca DELL	03-10-2013	3,402.87			25-10-2013	3,402.87						
Casa das Lâmpadas, Lda.	Aquisição de Lâmpadas LED	12-06-2013	23.74			12-06-2013	23.74						
Sagies-Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Higiene e saúde no trabalho	14-02-2013	5,579.25			24-04-2013	1,395.06						
Construlink - Tecnologias de Informação, S.A.	Plataforma Eletrónica de Contratação Pública	01-04-2013	4,723.20			28-05-2013	3,001.20						
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	Auditoria e Certificação de Contas 2011 a 2012	25-11-2011	53,443.50			30-12-2011	17,816.55						
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda.	Auditoria e Certificação de Contas 2013 a 2014	02-12-2013	34,353.90			31-12-2013	5,725.65						
Ceger - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	Cartão de Certificação Eletrónica	29-05-2013	150.00			26-06-2013	150.00						
Cybergal Gestão, Informática e Serviços, Lda.	Aquisição de Computadores Acordo Quadro	28-10-2013	5,545.33			31-12-2013	5,545.33						
E-Xper Voip	Reforço do saldo VOIP	26-03-2013	147.60			17-06-2013	147.60						
Frontline Systems, Inc.	Aquisição de software API Solver	07-02-2013	935.44			13-02-2013	935.44						
Inovatrónica - Sol. P/ Sistemas Electrónicos e Informáticos, Lda.	Serviço de Manutenção de Impressoras	02-04-2013	782.03			28-05-2013	782.03						
Higiene Plus - Produtos e Materiais de Higiene e Limpeza, Lda	Aquisição de Produtos de Higiene e Limpeza A. Quadro	01-01-2013	949.19			04-03-2013	940.70						
Olmar - Artigos de Papelaria, Lda.	Material de Encadernação e Suportes de Digitais	25-06-2013	95.99			26-06-2013	95.99						
OHMTécnica- Representações de Marcas, S.A.	Material de Escritório	25-06-2013	207.72			26-06-2013	207.72						
Trulynolen-Est. Serv. Protecção Ambiental, Lda.	Serviços de desinfestação e desinfecção	01-01-2013	215.25			26-03-2013	215.25						
Prosegur - Companhia de Segurança Unipessoal, Lda.	Recolha e guarda de suportes informáticos	01-03-2013	9,758.13			24-04-2013	2,870.10						
ZON TV Cabo, S.A.	Serviço de Distribuição de televisão por cabo	01-01-2013	817.44			21-02-2013	817.44						
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	Combustíveis Acordo Quadro (contrato antigo)	05-11-2012	6,974.74			06-11-2012	4,117.88						
A transportar							410,272.09						

ENTIDADE	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES
	OBJECTO	DATA	VALOR	NÚMERO DO REGISTO	DATA		TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	
1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)	11)	12)	13)	14)
Transporte							410,272.09						
Repsol Portuguesa, S.A.	Combustíveis Acordo Quadro (novo contrato)	06-11-2013	7,803.00			30-12-2013	424.95						
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Lisboa (novo Contrato)	20-08-2012	6,307.83			02-10-2012	2,891.13						
Xerox Portugal - Equipamento de Escritório, Lda.	Multifunções Porto assistência Técnica	10-03-2010	280.44			30-12-2010	280.44						
Xerox Portugal - Equipamento de Escritório, Lda.	Multifunções Porto consumíveis	10-03-2010	1,237.04			30-12-2010	1,237.04						
Xerox Portugal - Equipamento de Escritório, Lda.	Multifunções Lisboa assistência Técnica	01-05-2013	1,254.60			29-07-2013	940.95						
Águas do Porto, EM	Fornecimento de água	31-03-2000	1,105.49			31-03-2000	1,022.13						
Galp Power, S.A.	Fornecimento de electricidade	02-11-2012	64,767.07			04-02-2013	18,269.32						
Imobiliária Azul e Branca	Condomínio	01-05-2003	25,362.72			05-08-2003	25,362.72						
NCC - Facility Services, S.A.	Serviço de limpeza Porto (novo contrato)	07-05-2013	24,099.54			26-06-2013	7,029.05						
Number One-Limpezas Técnicas Profissionais, Lda	Serviço de Limpeza Porto	06-05-2010	49,680.00			25-06-2010	5,957.86						
F3m - Informática Systems, S.A.	Aquisição de sofware Microsoft SQL Standard Edition	31-05-2013	1,581.25			30-06-2014	1,581.25						
Solar Windows Europe Limited	Licenças do SolarWinds Patch Manager	06-08-2013	651.90			11-10-2013	651.90						
Fujitsu Services - Tecnologias de Informação, Lda.	Licenças de Back up Arc Serve	04-06-2013	3,584.86			26-06-2013	3,584.86						
Santogal P - Comércio e Reparação de Automóveis, Lda	Revisão e Inspeção do veículo 45-73-XB	14-02-2013	1,375.64			04-03-2013	1,375.64						
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	Inspeção do veículo 94-14-QC	25-07-2013	28.18			29-07-2013	28.18						
Petrolima - Comércio de Óleos e Lubrificantes, Lda.	Revisão e Inspeção do veículo 51-92-ZI	27-11-2013	830.96			30-12-2013	830.96						
BPN IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	Renda de instalações (contrato antigo)	01-05-2003	35,024.40			02-09-2003	35,024.40						
BPN IMOFUNDOS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	Renda de instalações (Novo contrato)	01-04-2013	478,972.00			07-06-2013	70,668.00						
Informéritus-Serviços de Informática, Lda	Atualizações ao programa de salários	28-02-2013	440.59			26-03-2013	440.59						
Informéritus-Serviços de Informática, Lda	Assistência técnica aplic.informáticas	07-05-2001	824.10			28-05-2013	824.10						
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software-Contrato novo ao abrigo do CCP	Assistência técnica aplic.informáticas	23-09-2011	158,210.29			27-12-2011	61,919.73						
Codeware - Consultoria, Desenvolvimento e Software-Contrato novo ao abrigo do CCP	Assistência técnica aplic.informáticas	07-11-2013	237,396.15			30-12-2013	15,601.01						
Nortecópia-Equip.Escritório, Lda	Assistência a fotocopiadoras	01-07-2012	808.31			05-11-2012	404.16						
Nortecópia-Equip.Escritório, Lda	Assistência a fotocopiadoras	01-07-2013	864.89			20-08-2013	432.46						
Zurich - Companhia de Seguros, S.A.	Seguros de Acidentes de Trabalho	08-02-2013	453.59			20-02-2013	453.59						
A transportar							667,508.51						

ENTIDADE	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES
	OBJECTO	DATA	VALOR	NÚMERO DO REGISTO	DATA		TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	
1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)	11)	12)	13)	14)
Transporte							667,508.51						
APR-Sistemas Informáticos	Contrato de manutenção Software - GIN com extensão a mais duas entidades contabilisticas	01-01-2013	1,715.64			04-03-2006	1,715.64						
Timberlake Consultores, Lda	Licença EViews	07-05-2013	1,291.50			29-07-2013	1,291.50						
PT Comunicações, S.A.	Prestação de serviços de telefónico fixo. Acordo Quadro-SVDLF	04-06-2013	2,460.00			25-07-2013	88.25						
Onitelecom Infocomunicaçoes, S.A.	Infra-estrutura rede Voz Lisboa	02-11-2009	56.56			21-12-2009	56.56						
Nestlé Waters Portugal, S.A.	Aquisição de garrafões de água	01-01-2013	289.39			26-03-2013	286.99						
Staples Portugal - Equipamentos de Escritório, S.A.	Aquisição de garrafas de água	01-01-2013	373.04			24-04-2013	122.72						
Staples Portugal - Equipamentos de Escritório, S.A.	Aquisição de Papel de Escritório Acordo Quadro	05-04-2013	1,080.56			27-08-2013	1,080.56						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Comunicações no âmbito do dominio igfcss.pt - Acesso à internet (contrato antigo)	01-08-2011	577.14			03-10-2011	192.40						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Comunicações no âmbito do dominio igfcss.pt - Acesso à internet (contrato novo)	01-08-2013	532.25			28-10-2013	82.59						
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	AQ SMT - ESPAP	12-11-2012	6,000.00			27-11-2012	2,238.56						
S.T & S. F. - Sociedade de Publicações, Lda.	Assinatura do Jornal Diário Económico	04-06-2013	208.00			04-06-2013	208.00						
Edirevistas - Sociedade Editorial, S.A.	Assinatura do Jornal Diário Económico	12-03-2013	280.00			13-03-2013	280.00						
RibeiroMtec - Unipessoal, Lda.	Substituição de torneira	03-10-2013	147.60			28-10-2013	147.60						
Aquário - Comércio de Electrónica, Lda.	Aquisição de ferramentas elétricas e eletrónicas	29-10-2013	71.80			31-10-2013	71.80						
Instituto dos Registos e Notariado, IP	Certidões Permanentes dos Edifícios Hospital de Cascais e Taguspark	30-10-2013	40.00			08-11-2013	40.00						
APR - Sistemas Informáticos, Lda.	Criação de uma nova entidade contabilistica no softw are GIN	30-10-2013	313.65			27-11-2013	313.65						
Grenke	Seguro da Central Telefónica	19-03-2009	965.87			07-04-2009	965.87						
Olispo, Lda	SQL Azure Scalability with Federations	08-03-2013	100.00			12-03-2013	100.00						
OTOC - Ordem dos tècnicos Oficiais de Contas	OE/2013 e Encerramento de Contas 2012	17-01-2013	32.00			04-02-2013	32.00						
Edhec-Risk Institute - Executive Education	Advances in Asset Allocation	22-05-2013	5,400.00			29-05-2013	5,400.00						
CTT - Correios de Portugal	Serviços Postais	01-01-2013	960.38			02-01-2013	960.38						
Saftur - Viagens & Turismo, Lda.	Serviços de Viagens, Transportes e Alojamentos - Acordo Quadro	27-02-2013	6,041.39			04-03-2013	5,974.45						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Contratação Pública e os casos apreciados pelo Tribunal de Contas e pelos Tribunais Administrativos	17-05-2013	215.00			29-07-2013	215.00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	O Impacto da Recente Legislação Financeira	11-02-2013	90.00			24-04-2013	90.00						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Regime de Erros e Omissões E Trabalhos a Mais no CCP	17-01-2013	200.00			04-03-2013	200.00						
A transportar							689,663.03						

ENTIDADE	CONTRATO			VISTO DO T.C.		DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO	PAGAMENTOS NA GERÊNCIA			PAGAMENTOS ACUMULADOS			OBSERVAÇÕES
	OBJECTO	DATA	VALOR	NÚMERO DO REGISTO	DATA		TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	TRABALHOS NORMAIS	REVISÃO DE PREÇOS	TRABALHOS A MAIS	
1)	2)	3)	4)	5)	6)	7)	8)	9)	10)	11)	12)	13)	14)
Transporte							689,663.03						
IGAP - Instituto de Gestão e Administração Pública	Alterações ao Regime dos Trabalhadores em F.P.	18-01-2013	85.00			04-03-2013	85.00						
Prinfor - Paulo Renato Gonçalves, Unipessoal, Lda.	Aquisição de um frigorífico	19-06-2013	348.74			02-07-2013	348.74						
LC Power - Soluções de Energia, S.A.	Manutenção da UP's	23-07-2013	415.13			28-10-2013	415.13						
Harvard Business Review - New Executives Services	Subscrição da revista Harvard Business Review - ano 2013	08-01-2013	115.00			01-03-2013	115.00						
Luirama -Comércio de Equipamento de Escritórios e Afins, Lda.	Aquisição de Espirais Metálicas (Material de Encadernação)	27-11-2013	97.17			30-12-2013	97.17						
Institutional Investors Journals	Subscrição do Journal Of Portfólio Management e do Investment Guide Online Acess	12-09-2013	911.50			25-10-2013	911.50						
Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Aquisição de um selo branco	27-11-2013	1,003.02			31-12-2013	1,003.02						
Fireprin - Eq. de Prevenção Contra Incêndio, Lda	Manutenção do extintor do Pólo Técnico	29-04-2013	12.30			18-06-2013	12.30						
Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Seguros de 3 veículos automóveis (contrato novo)	30-12-2013	705.00			-	0.00						
Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Seguros de 3 veículos automóveis - A. Quadro ESPAP (contrato antigo)	16-11-2011	810.00			27-12-2011	405.00						
TOTAL							693,055.89						

2. Formas de adjudicação:

Tipo Contrato (1)	Formas de adjudicação														Total	
	Concurso público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apres.de candidaturas		Concurso limitado sem apres.de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste directo			
	Nºde contratos (2)	Valor (3)	Nºde contratos (4)	Valor (5)	Nºde contratos (6)	Valor (7)	Nºde contratos (8)	Valor (9)	Nºde contratos (10)	Valor (11)	Nºde contratos (12)	Valor (13)	Nºde contratos (14)	Valor (15)	Nºde contratos (16)	Valor (17)
Locação															0	0.00
Empreitada de obras públicas															0	0.00
Gestão de serviços públicos																
Prestação de serviços													41	412,516.25	41	412,516.25
Aquisição de bens													22	29,572.77	22	29,572.77

8.3.4. - Transferências e Subsídios:

2. Transferências Capital - Despesa:

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências autorizadas (3)	Transferências efetuadas (4)	Transferências autorizadas e não efetuadas (5)=(3-4)
Transferências para o FEFSS	70,281.10	70,281.10	70,281.10	0.00
	70,281.10	70,281.10	70,281.10	0.00

Este valor corresponde a parte do saldo orçamental na posse do IGFCSS, IP a 31/12/2012, foi devolvido ao FEFSS com base no disposto no nº1 do artº 48º da Lei nº 91/2001 de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº

52/2011, de 13 de outubro, em conjugação com o artº 4º do Decreto-Lei nº 71/95, de 15 de Abril e o artº 108º da Lei nº 66-B/2012 de 31 de dezembro.

4. Transferências Correntes – Receita:

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Transferências do FEFSS	2,045,781.00	2,045,781.00
	2,045,781.00	2,045,781.00

Transferências destinadas ao financiamento das despesas correntes, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

5. Transferências de Capital – Receita:

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Transferências do FEFSS	235,000.00	235,000.00
	235,000.00	235,000.00

Transferências destinadas ao financiamento das despesas de capital, provenientes do FEFSS de acordo com o Orçamento aprovado.

Crowe Horwath™

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Member Crowe Horwath International

Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 2º andar
4050-626 Porto, PORTUGAL
+351 22 605 17 80 Tel
+351 22 605 17 89 Fax
audit@crowehorwath.pt
www.crowehorwath.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto") as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 803.946 euros e um total de fundos próprios de 518.491 euros, incluindo um resultado líquido de 149.590 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos a conformidade dos Mapas de execução orçamental (que incluem os Mapas de controlo orçamental da despesa e da receita, o Mapa de fluxos de caixa e os Mapas do orçamento anual da despesa e da receita) para o exercício findo naquela data, incluindo o período complementar.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo do Instituto a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo do Instituto, utilizadas na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Crowe Horwath™

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Member Crowe Horwath International

Inscrição na OROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 9171

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme referido na nota 8.2.31 do Anexo às demonstrações financeiras, o Instituto mantém um processo judicial intreposto por um colaborador tendo sido proferida sentença pelo Tribunal Tribunal de Trabalho de Cascais em 7 de março de 2013 onde o Instituto é demandado a pagar os diferenciais de remuneração solicitados pela colaboradora bem como uma indemnização de 20.000 euros. Apesar de esta sentença ter sido objeto de recurso por parte do Instituto, o Conselho Diretivo reforçou, em 2013, a provisão existente para 60.000 euros, valor correspondente à caução que foi prestada ao Tribunal no âmbito deste processo. Uma vez que o desfecho do processo é incerto, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do valor da provisão constituída.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no paragrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social em 31 de dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector das Instituições que integram o Sistema de Solidariedade e Segurança Social.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Ênfase

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos a atenção para o facto de as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas e aprovadas em cumprimento da legislação aplicável, terem sido objeto de exame por parte de outros Auditores que emitiram um Relatório de Auditoria, datado de 9 de maio de 2013, que continha uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o assunto descrito no parágrafo 7 acima e uma reserva por desacordo, aplicável apenas ao exercício de 2012, relativa ao não registo do subsídio de férias e encargos a pagar em 2013.

Porto, 30 de abril de 2014

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)

Grant Thornton & Associados - SROC, Lda.
Avenida da Boavista, 1361 - 5.º
4100 - 130 PORTO - Portugal
T. +351 22 099 60 83
F. +351 22 099 76 96
www.gthornton.pt

Relatório de Auditoria

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. ("Instituto"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de balanço de 803.946 Euro e um total de fundos próprios de 518.491 Euro, incluindo um resultado líquido de 149.590 Euro), a Demonstração dos resultados, os Fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Grant Thornton

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo do Instituto, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

6. Conforme referido na Nota 8.2.31 do Anexo, o Instituto recorreu de uma sentença emitida pelo Tribunal de Cascais, relativa a um processo interposto por um anterior colaborador. Esta sentença condenou o Instituto ao pagamento de 20.000 Euro, acrescido do montante correspondente às diferenças remuneratórias entre a categoria de técnico e a categoria de director. Nas presentes demonstrações financeiras, a responsabilidade constituída para fazer face a esta obrigação, a qual se encontra relevada na rubrica de Provisões para riscos e encargos, ascende a 60.000 Euro (30.000 Euro em 2012). À data de emissão do presente relatório, não obtivemos informação suficiente que nos permita aferir da razoabilidade deste montante e, consequentemente, dos respectivos impactos nas demonstrações financeiras do Instituto.

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social.

Grant Thornton

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

   8.1. As demonstrações financeiras relativas a 31 de Dezembro de 2012, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor, cujo relatório, emitido em 9 de Maio de 2013, inclui uma reserva semelhante à do parágrafo 6 e uma reserva não aplicável ao presente exercício.

Porto, 30 de Abril de 2014

Joaquim Filipe Areosa

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Joaquim Filipe Martins de Moura Areosa (ROC n.º 1027)

Extrato de ata da vigésima nona reunião do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP ocorrida no dia 29 de Julho de 2014:

> *"Na sua reunião de 29 de julho de 2014, o Conselho Consultivo do IGFCSS, IP deliberou emitir parecer positivo ao Relatório de atividades e contas do ano de 2013 do IGFCSS, IP, ao Relatório e contas 2013 do FEFSS e ao Relatório e contas 2013 do FCR."*